



André Vilaça Guerra

**Construindo Imaginário e Identidade:
a representação do conceito de sertão nos jornais do Brasil Imperial
(1830-1840)**

Monografia apresentada à Graduação
em História da PUC-Rio como requisito
parcial para obtenção de título de
Licenciando História.

Orientadora: Prof. Dr. Maria Elisa
Noronha de Sá

Rio de Janeiro

Junho de 2021

Dedicatória:

Essa é a parte mais importante da monografia, porque evidencia o lado coletivo do trabalho de pesquisa, ao mesmo tempo é o momento que corro o risco de cometer os maiores equívocos desse trabalho, ao não conseguir expressar a minha gratidão a todas e todos que fizeram presente ao longo desse processo, sem dúvida nenhuma, esse trabalho não seria possível sem a contribuição de todos vocês.

Estando ciente dos possíveis riscos que posso cometer início agradecendo a minha mãe, Aparecida Maria Neiva Vilaça e ao meu pai, João Guerra de Castro Monteiro, pelo incentivo e generosidade durante a minha trajetória. Em memória do meu tio Achilles e minha tia Maria Elisa.

Aos meus amigos e amigas; Pedro Belfort pela sua companhia, conversas e conselhos desde os primeiros dias na PUC. O embrião desse projeto surgiu nos corredores da universidade após uma aula de Brasil II. À Beatriz Carvalho e Raianne agradeço o apoio, quando tudo parecia não ter mais sentido, e a paciência de lerem com atenção esse trabalho e os tantos outros que escrevi. Agradeço a Daniela Vidal e a Marcela Guimarães a amizade e acolhimento nos meus primeiros dias quando eu ainda era um estrangeiro perdido na PUC. Ao Luiz Gustavo, pelas conversas de extrema importância sobre futebol e especialmente o Flamengo, fizeram o dia – a- dia na PUC serem mais leves.

Aos membros do PET e do PIBIC, pelo acolhimento, debates e comentários que enriqueceram esse projeto. Ao CNPQ pela bolsa de pesquisa para a realização dessa pesquisa.

A professora Iamara Viana, pela generosidade de aceitar o convite de ser a leitora crítica. A sua paixão pela educação e o ensino de história me cativa para ser um pesquisador e professor de História. Muito obrigado pelos ensinamentos ao longo da graduação. E para minha orientadora, Maria Elisa Noronha de Sá, pelos conselhos, orientação, dedicação, apoio, ensinamentos, generosidade e, principalmente, por me mostrar a beleza e os caminhos do sertão.

Resumo:

Os objetivos da pesquisa são analisar como o conceito do sertão foi representado e os significados a ele atribuídos durante o período de 1830-1840, utilizando o *Jornal do Comércio* e o jornal *Sete D'Abril* como fontes documentais. É importante contextualizar esse período, ressaltando que é um momento de construção do Império do Brasil, quando várias rebeliões eclodiram no Pará, Maranhão, Bahia e Rio Grande do Sul, que vão caracterizar o Período Regencial. Essas rebeliões representaram, além das insatisfações com as medidas e os rumos que estavam sendo tomadas para o Império, outros projetos políticos alternativos para serem incorporados. Dentro desse contexto o conceito de sertão teve uma função fundamental para se referir ao que deveria ser excluído ou modificado nesse processo de construção do Império. Os significados a ele atribuídos não se referem apenas a espaços geográficos, são também representações simbólicas construídas também no imaginário da população.

Palavras Chaves:

Sertão, imprensa, Período Regencial e Construção de Identidade.

Sumário

Introdução	05
Capítulo 1: Imprensa, sociedade e política	09
Capítulo 1.1: Construindo o cenário	10
Capítulo 1.2: Entrando no contexto	13
Capítulo 1.3: Imprensa e sociedade na construção dos espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro	23
Capítulo 2 : O sertão nas páginas dos jornais (1830 – 1840)	35
Capítulo 2.1: Breve história do conceito de sertão	36
Capítulo 2.2: Breve história dos jornais do <i>Comercio</i> e <i>Sete D’Abril</i>	40
Capítulo 2.3: O sertão nas páginas dos jornais:	46
Conclusão:	73
Fontes e Bibliografia:	77

“A novidade é que o Brasil não é só litoral!

É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul.

Tem gente boa espalhada por esse Brasil,

que vai fazer desse lugar um bom país!”

(Milton Nascimento)

Introdução

Considero importante antes de adentrar no tema da pesquisa comentar brevemente como cheguei a ele. Iniciei o estudo, depois de alguns recortes iniciais, com o interesse de pesquisar o conceito de *barbárie* no período de 1830-1840 na cidade do Rio de Janeiro, usando os jornais como fonte. No entanto ao pesquisar esse conceito na plataforma da *hemeroteca digital* houve poucas aparições da palavra *barbárie*, ao contrário da palavra *bárbaro*. A partir das leituras que realizei e das reuniões de PIBIC coordenada pela Profa. Maria Elisa Noronha de Sá, percebi que o conceito de *barbárie* podia ser representado através da imagem do *sertão*. Neste sentido minha investigação passou a ser o conceito de *sertão* na imprensa no período mencionado, na cidade do Rio de Janeiro.

O tema do trabalho é o processo da construção da identidade brasileira no período imperial, a partir dos significados atribuídos ao conceito de *sertão*. Nesse sentido o objetivo geral é analisar os sentidos que o *sertão* recebeu no período de 1830 – 1840, usando os periódicos como fonte primária. Para a realização dessa análise fiz alguns recortes, o primeiro foi a delimitação do período mencionado

anteriormente. O segundo foi focar o estudo na cidade do Rio de Janeiro, porque como era a capital do Império as principais decisões políticas e administrativas eram tomadas na cidade, além disso ela exercia uma função simbólica importante, representando a identidade que os políticos gostariam de construir para todas as províncias do Império. Por último a utilização do *Jornal do Comércio* e o jornal *Sete D' Abril* para traçar uma comparação entre eles, assinalando as diferenças e semelhanças na representação do *sertão*.

Esse período foi bastante intenso na história do Brasil, com a abdicação de d. Pedro I no dia 7 de abril de 1831 e com o início das regências em 1831. Para alguns autores esse contexto é analisado como uma primeira experiência republicana no Brasil.¹ Neste momento, os políticos, membros das três instancias que compunham o poder central mais os membros das instancias locais além dos presidentes das províncias, tinham como objetivo construir uma nação e uma identidade própria do Brasil. Nessa perspectiva a pesquisa tem como objetivos específicos analisar como o conceito de *sertão* foi representado e mobilizado pelos diferentes grupos políticos que tinham perspectivas e ideias diferentes para construir uma identidade e nacionalidade próprias para o Brasil. A imagem do *sertão* é representada como a barbárie, o vazio e o lugar da desordem política, nesse sentido é o lugar para ser modificado, mas ao mesmo tempo também são incorporadas expectativas desse espaço aderir ao modelo de civilização que se almejava para o Império, tal como as civilizações dos países europeus.

O uso dos jornais são fundamentais para entender de que maneira esses projetos políticos, em torno da imagem do *sertão*, foram mobilizados diante da população e para se construir um imaginário social em torno desse espaço. Considero que a imprensa teve um papel fundamental nos embates políticos levando essas discussões para os espaços públicos, ou seja, os diversos periódicos que circulavam nas ruas da cidade abordavam seus posicionamentos acerca dos assuntos debatidos nas instâncias governamentais, através de matérias. Esse aspecto é importante porque a circulação dos periódicos nesses espaços ocasionou o surgimento da *opinião pública*, que constituiu e modificou as relações dentro dos

¹ JUNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil**: Colônia e império. São Paulo, Brasiliense, 1933.

espaços públicos na sociedade imperial. Mesmo considerando que a maioria da população era analfabeta, dos poucos letrados que liam os jornais, as informações eram repassadas através da oralidade, das conversas no cotidiano e de leituras coletivas nesses espaços públicos, dessa forma a parcela da população analfabeta tinha acesso às informações que estavam sendo debatidas. O próprio conceito de *opinião pública* se relaciona com a inauguração de uma concepção moderna de política e adquire vários significados naquele contexto da sociedade imperial, sendo explorado pelos redatores nas páginas dos jornais.²Essas observações vão ser mais bem exploradas no decorrer do trabalho, mas o que é importante ressaltar é que as discussões e os projetos políticos não vão estar restritos dentro das instâncias governamentais e o esforço desse trabalho é perceber o sentido que o conceito de *sertão* vai adquirir e ser representado nas folhas dos jornais. Como escreveu Guimarães Rosa; “o sertão está em toda a parte.”³

Para o desenvolvimento desse trabalho vou dividi-lo em dois capítulos mais a conclusão. No primeiro momento abordo brevemente o período logo após a independência, as ideias em torno da configuração política do império e os debates em torno da elaboração da constituinte; em seguida escrevo sobre o contexto histórico iniciado com a abdicação de d. Pedro I e o Período Regencial, abordando as principais questões debatidas, os grupos políticos e seus projetos para a construção do Império do Brasil; e, por último, o papel fundamental que a imprensa, como um todo, teve naquele contexto levando tais debates para o espaço público. No segundo capítulo, na primeira parte, escrevo sobre a história do conceito de *sertão*, na segunda analiso a história dos dois jornais utilizados nessa pesquisa, o *Jornal do Comércio* e o *Sete D’Abril*, assinalando também a função e posicionamento político que ambos exerceram naquele contexto. Por último, analiso as fontes levantadas nesta pesquisa. Na conclusão procuro mostrar, a partir da análise das fontes, os significados que foram atribuídos ao conceito de *sertão* naquele contexto, como ele foi representado através da imprensa e a importância

² MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820 – 1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

³ ROSAS, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. P.9

que o mesmo recebe no processo da construção do Império do Brasil. E a partir disso revejo as hipóteses formuladas durante a pesquisa.

Por fim, considero importante colocar que o tema da pesquisa surgiu a partir da minha participação no Programa de Ensino Tutorial (PET) e como voluntario no PIBIC, administrado pela Profa. Maria Elisa Noronha de Sá, como mencionei no início. Portanto a participação nesses projetos de iniciação científica foi de grande importância para minha trajetória de estudante, porque proporcionaram encontros enriquecedores com diferentes linhas de pesquisa desenvolvidas pelos estudantes inseridos nesses mesmos programas, além dos debates resultantes desses encontros. Isso tudo só ressalva a importância que as bolsas de iniciação científica tem na trajetória acadêmica dos estudantes que desenvolvem pesquisas de ponta para o Brasil nos diferentes campos do conhecimento.

Capítulo 1: Imprensa, sociedade e política (1830-1840)

1.1: Construindo o cenário

O Período Regencial ficou consolidado pela historiografia como um momento de desordem, anarquia, ilustrado pelas diversas rebeliões que eclodiram em várias províncias do Império, entre as principais delas podemos citar: a Cabanagem no Pará (1835), a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835), a Sabinada na Bahia (1837) e a Balaiada no Maranhão (1838). Essa imagem negativa sobre a Regência se deve bastante aos escritos de autores conservadores daquele contexto que atribuíam esse cenário ao excesso de liberdade e à falta de um poder centralizador. Para outros autores é a primeira experiência republicana devido ao Ato Adicional de 1834 que, entre outras mudanças importantes, implementou uma regência una, onde o regente era eleito. Neste trabalho abordo esse tema como um momento de formulações de projetos políticos ou usando a expressão de Basile “Laboratório”⁴ para a construção do Império do Brasil. Para melhor entender tais projetos e as disputas em torno deles, farei brevemente o contexto logo após a independência, focando nas disputas em torno dos projetos sobre a organização política e da constituinte de 1824.⁵

⁴ BASILE, Marcello. O labirinto da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRIBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial: Volume II – 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Cap. II, p. 53-120.

⁵ Para uma análise mais completa e aprofundada desse contexto ver: MATTOS, Ilmar; ALBURQUERQUE, Luis Affonso Seigneur. **Independência ou morte: A emancipação política do Brasil**. São Paulo, Atual, 1991.

Realizada a independência no dia Sete de Setembro de 1822 vários desafios foram colocados em pauta, o principal deles como se organizar politicamente como Estado. Tal desafio implicava escolher entre um modelo republicano ou monárquico, unitarismo ou federalismo e por fim, mas não menos importante, constitucionalismo ou absolutismo. Essas questões conduziram os tenso debates, entre os três grupos, *aristocratas* e *democratas*, que formavam o Partido Brasileiro, e os *monarquistas*. A Independência representou significados diferentes para eles: para os *democratas* a possibilidade de implementar um governo constitucional garantindo a vontade da maioria, com o fortalecimento do Legislativo, com menos poderes na mão do imperador e a adesão ao sistema federalista; para os *aristocratas* a possibilidade de manter seus privilégios, de um governo forte com a predominância do poder Executivo - eles consideravam que o modelo federalista e o fortalecimento do Legislativo proporcionaria a desordem e anarquia do Império; já os *absolutistas* representaram a derrota do Estado absolutista português com a derrota dos constitucionalistas.

Esses embates continuaram na Câmara em torno da formulação da Constituinte de 1824. Os *democratas* se reuniam em torno do *Partido Brasileiro*, já os aristocratas e *absolutistas* se uniram no *Partido Português*, as ideias defendidas por esse último fizeram com que o Imperador d. Pedro I se aproximasse desse Partido⁶. Ao realizar a leitura desses debates percebe-se que as ideias do liberalismo francês, mas ao mesmo tempo os princípios aristocráticos também apareciam nas falas dos deputados, ficando evidente no debate sobre o projeto de Lei como os deputados deveriam receber o Imperador na Câmara dos deputados. Essa questão aparece na fala do deputado Carneiro de Campos;

Julgo indispensavel que se imprima sem demora o projecto do regulamento, para que possa por elle ordenar a assembléa provisoriamente os seus trabalhos; e que entrem já em discussão os artigos relativos ao ceremonial ou formalidades da entrada e recebimento de Sua Magestade Imperial na assembléa, porque a materia não admite demora; ficando porém igualmente

⁶ MATTOS, Ilmar; ALBURQUERQUE, Luis Affonso Seigner de, 1991. P.69.

estes artigos do ceremonial só provisoriamente aprovados. (Apoiados.).⁷

E o projeto de Lei que se formulou a partir da fala do deputado:

“Art. 19. No topo da sala das sessões estará o throno imperial e no ultimo degráu á direita estará a cadeira do presidente da assembléa. No pavimento da sala diante do throno estará a mesa em cima della os Santos-Evangelhos; um exemplar da constituição, outro deste regimento, os codigos das leis do imperio, a lista impressa dos deputados e dos membros de cada commissão.” (p.6).

“Art. 20. Nas sessões ordinarias estará a cadeira do presidente defronte do throno, e diante della estará a mesa: em cima della os Santos-Evangelhos, um exemplar da constituição, outro deste regimento, os codigos das leis do imperio, a lista impressa dos deputados e dos membros de cada commissão.

Passou o Sr. secretario a ler o art. 21 concebido nestes termos. Art. 21. De um e outro lado do presidente estarão as cadeiras dos secretarios, os quaes terão diante de si o livro dos registros das propostas, e das actas das sessões publicas da assembléa. Foi aprovado.

Seguiu-se logo o art. 22. Art. 22. Os deputados estarão assentados em torno da mesa em fórmula circular, de modo que todos vejam o presidente e delle sejam vistos, assentando-se indistinctamente e sem precedencia. – Foi aprovado.

Entrou em discussão o art. 23. Art. 23. De um e outro lado do throno ficarão de pé os officiaes-móres da casa imperial; da parte direita o mordomo-mór, e da esquerda os mais officiaesmóres conforme as suas differentes graduações. O resto da comitiva e o corpo diplomatico irão para as tribunas; e ao publico são destinadas as galerias sem distincção alguma.” (p.7)

“ Art. 24. Para cumprimentar ao imperador em qualquer occasião, para annunciar a installação e encerramento da assembléa, e para o receber quando vier á mesma assembléa, nomear-se-ha uma deputação de doze deputados.⁸

O que é possível perceber é a permanência de uma mentalidade aristocrata, discutindo aspectos denominados de etiqueta, isto é, modos de se vestir, de se comportar, característicos da *sociedade de corte*.⁹

⁷ Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%201.pdf> Acessado em 08/05/20. P.6

⁸ Idem

⁹ Ver: ELIAS, Norbet. **A sociedade de corte**: Investigação sobre a sociologia da realza e aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Em novembro de 1823, o Imperador dissolveu a Assembleia Constituinte e no dia 25 de março de 1824 outorgou a *Constituição Política do Império do Brasil*. Nela ficou estabelecido uma monarquia constitucional representativa com a divisão em três poderes, mas criando um quarto, o poder moderador. Esse foi formulado a partir do pensamento dos teóricos do liberalismo francês, Benjamin Constant e Clermont Tornnerre, que entendiam o poder moderador como um poder neutro e guiado pela razão. No Brasil ele foi implementado e era exercido apenas pelo Imperador e dava o direito de nomear os membros dos cargos de presidente das províncias, os membros vitalícios do Conselho de Estado e as autoridades da Igreja, além de poder dissolver a câmara dos deputados. Isso significou na prática a adesão ao modelo unitário com o poder concentrado na mão do Imperador e não como um poder neutro como na sua formulação inicial. Outros dois pontos importantes que estavam postos no documento dizem acerca de quem era considerado cidadão brasileiro e entre eles quem teria direito ao voto. Sobre o primeiro eram considerados cidadãos todos que tivessem nascido no Brasil, filhos de escravizados nascidos livres, os libertos e todos os nascidos em Portugal residentes no Brasil no momento da Proclamação da Independência. Em relação ao segundo, o voto era censitário e por fases, ou seja, para cada fase era necessário ter uma renda fixa. O que é importante destacar é que os princípios do liberalismo político estavam presentes na Constituição, com a divisão dos poderes, mas ao mesmo tempo os princípios “aristocráticos” também estavam com o poder maior nas mãos do Imperador e com uma parcela mínima da população com direito ao voto. Além disso, a manutenção da escravidão, atendendo aos interesses dos grandes proprietários de terras que dependiam da mão de obra dos escravizados.

Não seria de espantar se houvesse reação das províncias a respeito da centralização do poder. E não foi diferente, no mesmo ano da outorga da constituição, sob a liderança de Frei Caneca, que uniu as províncias do Norte do Império, ocorreu o que ficou conhecido como Confederação do Equador. Suas ideias eram de teor republicano, federalista e de igualdade. Mas como era de se esperar d. Pedro I mandou as tropas do Rio de Janeiro para reprimir de forma violenta o movimento, que acabou com suas principais lideranças sendo executadas. O movimento representou a insatisfação das províncias com a falta de

autonomia imposta na Constituição e a atitude conduzida pelo Imperador para a resolução do conflito, evidencia a concepção de um Estado forte, centralizador e autoritário, que o monarca e seus adeptos estavam implementando no novo Império do Brasil. A atitude tomada será um dos muitos fatores que contribuíram para a crise e consequentemente a abdicação de d. Pedro em 1831.

1.2: Entrando no contexto (1830-1840)

Nesta parte analiso o período de 1830 a 1840, recorte desse trabalho. Esse contexto não foi menos intenso do que o do pós independência, com a abdicação de d. Pedro I, em 1831, e o início do Período Regencial, no mesmo ano. Tal contexto, como já foi colocado na introdução, ficou caracterizado de forma negativa como momento de desordem, anarquia e descentralização política. Fugindo dessa visão analiso esse contexto em que diferentes projetos para o Brasil são colocados em jogo, através das diversas rebeliões que aconteceram em diversas províncias do Império. Abordo também as medidas tomadas como o Ato Adicional de 1834, as resoluções tomadas pelas autoridades para as resoluções dos conflitos internos, que eclodiram e os resultados proporcionados. O Período Regencial vai ser dividido em dois momentos, o primeiro que vai do ano de 1831 a 1837, caracterizado pelo predomínio dos liberais moderados no poder e o segundo, de 1837 a 1840, com o início do Regresso Conservador.

Em 1830 os embates políticos aumentavam junto com a insatisfação com o imperador d. Pedro. Os motivos eram vários e se acumulavam, o principal deles o uso do Poder Moderador de forma autoritária e centralizadora, resultando na falta de autonomia das províncias e outros motivos, como o acordo com a Inglaterra estabelecendo o prazo de três anos para acabar com o tráfico de escravizados, o que proporcionou revolta por parte dos comerciantes e dos proprietários de terras que necessitavam dessa mão de obra. O Império também passava por uma grave crise econômica resultado da queda das exportações e a dependência que o Brasil tinha com as exportações de seus produtos. Os gastos com o reconhecimento da Independência, a derrota na Guerra da Cisplatina (1825) e a desvalorização do papel

moeda, com o aumento da sua emissão. A pressão política interna crescia com o surgimento do grupo dos liberais exaltados e dos moderados. Os liberais exaltados na sua maioria defendiam uma monarquia federalista, isto é, possibilitando maior autonomia para as províncias do Império. Outros, mas não de forma majoritária, defendiam a ideia de uma república com o fim gradual da monarquia. A ala dos Moderados defendia uma monarquia constitucional, liberdade de forma limitada e eram adeptos do poder moderador, porque viam nele um intermediador entre os conflitos e nos demais poderes, acreditavam que nesse prevalecia o uso da razão. Esses grupos não vão se restringir apenas à Câmara dos deputados, legislativo e judiciário, mas vão ampliar seus espaços para as ruas através dos jornais que circulavam nos espaços públicos. Muitos dos membros dessas esferas tinham seus próprios jornais ou escreviam suas ideias neles.

Entre os periódicos que representavam as ideias dos *exaltados* temos *O Republico* coordenado por Antônio Borges da Fonseca, o *Tribuna do Povo* de Francisco das Chagas de Oliveira França, entre outros que também circulavam. Do lado dos *Moderados* o principal representante era Evaristo da Veiga, redator de um dos principais jornais do Império o *Aurora Fluminense*. O papel da imprensa será abordado na parte final desse capítulo, mas o importante é que nesse contexto de crise vai ter uma função fundamental na abdicação de d. Pedro construindo uma imagem negativa do monarca, o que resultara de uma pressão vinda das ruas para a sua saída.

Além da crise política e econômica d. Pedro se encontrava isolado no parlamento. Como aliados o monarca só encontrava os membros do *Partido Português*, que era minoria, contra a maioria da oposição do *Partido Brasileiro*. Mas um fator importante foi a pressão vinda das ruas, aumentando sua impopularidade no seio da população, como destaca Carvalho;

Logo a seguir, no dia 6 de abril, por discordância quanto a escolhas ministeriais, e estando o Parlamento em recesso, cerca de 4 mil pessoas se reuniram no Campo Santana para exigir a volta dos ministros demitidos. Juntaram-se à multidão os deputados que já se achavam na capital, forças militares e juízes

da paz. Eram povo, tropa e políticos juntos em rara manifestação de unidade.¹⁰

Diante desse cenário, no dia sete de abril de 1831 ele abdica do trono, volta para Portugal, deixando como herdeiro seu filho D. Pedro de Alcântara de apenas cinco anos e que pela Constituição não tinha idade para assumir o trono tendo que esperar alcançar a maioridade. Novamente o cenário se repetiu “Após a aclamação em praça pública, a multidão foi buscar o menino imperador no palácio da Quinta da Boa Vista para trazê-lo ao palácio da cidade.”¹¹ Percebemos assim que a população recebeu com entusiasmo o novo Imperador do Brasil. Tais acontecimentos evidenciam um novo espaço dentro do campo político: o espaço público.

Inicia-se a partir de 1831 o Período Regencial, momento em que o Império foi governado por regentes enquanto esperava o futuro Imperador alcançar a maioridade. Num balanço geral da historiografia esse contexto já foi analisado por diversas perspectivas. Num momento logo após, ele foi abordado por autores conservadores como um momento de desordem, anarquia e a falta de um poder centralizador. Essa visão negativa perdurou por algum tempo, com raras exceções que o abordavam de forma mais positiva. Nos anos de 1930, temos uma abordagem mais pela linha política analisando as propostas dos três grupos políticos; *exaltados*, *caramurus* e os *moderados*, mas prevalece um olhar negativo com relação às propostas dos primeiros e segundos. Só a partir de 1970 a Regência será mais estudada explorando diferentes temáticas sobre o assunto contestando a imagem negativa predominante. Dentre as diversas temáticas alguns abordam a diversidade dos projetos políticos em disputa para a nação, outros como o trabalho da Ivana Lima¹² que analisa tais propostas políticas através da imprensa e a construção de identidades étnicas nesses espaços. A temática da imprensa também foi estudada por Marco Morel¹³ que articula imprensa, sociedade e sociabilidade como fatores

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). **A construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.P.84

¹¹ Idem.

¹² LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹³ MOREL 2005.

constituintes do espaço público. Por fim outro tema bastante recorrente é o das rebeliões que marcaram esse contexto.

Voltando ao ano de 1831, as disputas políticas continuam com a presença de mais um grupo, os Caramurus, grupo representante da ala conservadora que defendia o poder centralizado na mão do Imperador sem nenhuma liberdade¹⁴ para as províncias. Uma parcela desse grupo se aliava com os princípios dos restauradores, isto é, a volta de d. Pedro I. Em junho daquele ano se estabeleceu a Regência Trina permanente, ou seja, enquanto o Imperador estivesse sob o cuidado dos seus tutores e atingisse a idade para assumir o trono, o Império seria administrado por três regentes eleitos pelos representantes da Assembleia Geral. Os três regentes escolhidos foram: Lima e Silva, João Braulio Muniz e José da Costa Carvalhos. Todos eles pertenciam à ala moderada, caracterizando dessa forma a vitória e o predomínio deles sobre os demais grupos. Já no final do ano, no dia 7 de novembro, foi aprovada a lei que abolia o tráfico de escravizados, que ficou popularmente conhecida como lei para inglês ver, porque na prática os traficantes arrumaram formas de burlar a Lei junto com a cooperação das autoridades que não fiscalizavam com tanto rigor. Chalhoub explica que a lei foi feita para ser cumprida, argumentando que já havia uma preocupação dos traficantes com o acordo assinado com a Inglaterra em 1826 que estabelecia o prazo de três anos, o que explica o aumento na entrada de escravizados no Império a partir de 1829, com o desembarque de 75 mil e uma drástica redução para 6 mil depois da implementação da Lei, o que demonstra que de início ela foi obedecida. O autor explica que:

Entretanto, a expansão do café, a solidariedade da classe senhorial e a hegemonia conservadora no governo central tornaram destemido os fazendeiros, com o tráfico negreiro de volta ao pico em 1837, quando a audácia chegou ao ponto de se propor no Senado uma nova lei para revogar a de 1831 e legalizar a propriedade escrava obtida à revelia de seus dispositivos.¹⁵

Cabe lembrar que a maioria dos moderados era a favor da manutenção da escravidão e outros defendiam o fim gradual dela.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. CARVALHO, José Murilo. (Org.). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P.51.

Como já mencionado o Período Regencial é lembrado pela série de rebeliões, mas na maioria das vezes só é abordado as que aconteceram posteriormente ao Ato Adicional de 1834, porque foram as mais significativas pela sua duração, organização e pelo perigo que seus ideários representaram para o estabelecimento da ordem e centralização do Império. Mas como abordado pela historiografia do Brasil Império, aconteceu um primeiro momento de rebeliões que teve um caráter popular, do povo e tropa. Não são movimentos de grandes dimensões e são pouco organizados e com ideias difusas. Segundo Carvalho “Entre 1831 e 1835, mais de vinte levantes se verificaram nas cidades principais, sobretudo as marítimas, cobrindo quase todas as províncias.”¹⁶ e ele continua; “Considerando apenas a Corte, houve entre 1831 e 1832 seis revoltas feitas “por tropa e povo”. Em uma delas, em 1832, temeu-se mesmo a tomada da cidade pelos revoltosos. Reunido, o Conselho de Estado cogitou tirar o Imperador da cidade.”¹⁷ Podemos citar como exemplo dessas revoltas que ocorreram na Corte os *Distúrbios do Teatro* e o *Levante da Ilha das Cobras*, ambas em 1831 e de tendências *exaltadas*. Em 1832 na Corte aconteceram o levante dos *Vasconcellos* e *Assuadas*, a primeira realizada pela ala dos *exaltados* e a segunda pelos *caramurus*. Mas essa primeira leva de rebeliões não ficou restrita apenas a Corte e aconteceram em diversas partes do Império e representaram tendências variadas.¹⁸

No dia 12 agosto de 1834 aconteceu a promulgação do Ato Adicional. As principais mudanças colocadas no Ato foram: abolição do Conselho de Estado e criação das Assembleias Provinciais¹⁹, cedendo para elas orçamento próprio, substituição do sistema de Regência Trina para uma Regência Una, ou seja, seria apenas um. Para alguns historiadores esse período concretizou o que chamaram de “*experiência republicana*” no Brasil. Segundo Mattos “O Ato Adicional resultava, no essencial, tanto da aproximação entre os *moderados* e *exaltados* quanto de

¹⁶ CARVALHO, 2012. P.87

¹⁷ Idem. P.88

¹⁸ Sobre essa primeira leva de revoltas ver: Basile 2011

¹⁹ As assembleias provinciais podiam legislar sobre controle das despesas da província e do município, sobre os impostos cobrados pela província, fiscalização da renda e da despesas do município e da província, nomeação de funcionários público, controle da segurança e obras públicas.

pequenas concessões aos remanescentes do grupo restaurador.”²⁰ Entre as medidas que favoreceram os restauradores ou *Caramurus* estava a manutenção do poder moderador e a escolha do presidente das províncias ser feita pelo poder central, mas o poder moderador foi enfraquecido não tendo mais o direito de dissolver a Câmara. Outras mudanças estavam previstas no projeto inicial, mas foram vetadas, como o fim do Poder Moderador, do Senado Vitalício, a autonomia municipal e da organização de uma monarquia federativa. Mesmo com esses ganhos pela ala dos *Caramurus*, de uma análise geral o Ato atendeu às reivindicações por mais autonomia das províncias.

Já no ano seguinte ao Ato Adicional iniciou-se a segunda onda de rebeliões pelas diversas províncias do Império. Diferentemente da primeira fase, essas rebeliões se manifestaram de maneira mais organizada e estruturada o que proporcionou uma maior longevidade e deu mais trabalho para a força repressiva do Estado para combatê-las. Em relação aos seus ideários predominaram as rebeliões com as propostas dos *exaltados*, outras, mas em menor número, organizadas pelos escravizados; não foram verificadas rebeliões de tendência dos *caramurus*. Segundo Carvalho “A descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objeto de luta entre facções locais.”²¹ O que ilustra que até dentro das províncias havia uma diversidade de propostas, projetos e interesses políticos. Entre as principais rebeliões podemos citar a Cabanagem no Pará, a Farroupilha no Rio Grande do Sul, ambas em 1835, a Sabinada na Bahia, em 1837, e a Balaiada no Maranhão, em 1838, todas de tendências *exaltadas*. Como exemplos de rebeliões organizadas por escravizados temos a Revolta dos Malês²² na Bahia em 1835, e Rebelião de Manuel do Congo na cidade do Rio de Janeiro, em 1838. Um aspecto importante é o caráter federalista delas, a Sabinada e a Farroupilha,

²⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Marcia de Almeida. **O império da boa sociedade: A consolidação do Estado imperial brasileiro**. São Paulo: Atual, 1991. P.40.

²¹ CARVALHO 2012. P.90

²² Ver; REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

sendo que a segunda chegou a proclamar, em setembro de 1836, a República Rio-Grandense.²³ Sobre a questão da república Basile faz uma importante observação;

Quanto à adoção da república, embora fizesse parte, sem dúvida, do projeto dos *exaltados*, o ponto central defendido por esse grupo no tocante à forma de governo era a implementação do federalismo- de preferência republicano para a maioria, mas, se necessário (e não raro até mesmo de bom grado), monárquico.²⁴

Outro aspecto interessante é em relação à composição social da Cabanagem, porque foi uma rebelião organizada pela camada baixa da população; seringueiros, índios, lavradores e caboclos. No capítulo dois desse trabalho, a partir das fontes levantadas, mostro como o conceito de *sertão* vai estar relacionado com essas rebeliões.

Sobre as rebeliões organizadas pelos escravizados algumas observações são importantes de serem colocadas. A primeira é que eles pertenciam a uma camada sem nenhum tipo de direito e submetidos a uma repressão de todas as outras camadas sociais. Isso não significa que não teve resistência, muito pelo contrário houve várias formas, como a formação de quilombos, rebeliões, apropriação e o que podemos denominar de resistências silenciosas, isto é, pequenos atos que realizados no cotidiano na relação senhor e escravizados para ganhar pequenos benefícios, como por exemplo ganhar menos chibatada ou menos tempo de castigo. Essa forma de ação é denominada de *negociação e conflito*²⁵. A segunda observação é sobre os motivos e os objetivos das revoltas realizadas pelos escravizados que nas palavras de Reis;

A revolta coletiva representou a forma mais radical de contestação da escravidão. Não que toda revolta almejasse a destruição do regime escravocrata. Muitas buscaram apenas corrigir excessos de tirania senhorial, diminuir até um limite tolerável de opressão, reivindicando benefícios específicos – às

²³ Sobre a Revolução Farroupilha ver; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial: Volume II 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Cap. 5, p. 233- 268.

²⁴ BASILE 2011. P.71

²⁵ REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

vezes a reconquista – ou punindo feitores e senhores particularmente tiranos.²⁶

A partir de 1837 inicia-se o processo que foi denominado pela historiografia como *regresso conservador*, que de forma bastante simplificada e resumida foi a chegada ao poder dos regressistas. Mas para melhor entender esse momento é importante retomarmos os projetos políticos dos diferentes grupos, analisando-os a partir do Ato Adicional e da segunda onda de rebeliões. Para isso o conceito de liberdade é fundamental e os significados distintos que ele vai receber pelos diferentes grupos. Cabe aqui colocar uma observação, os regressistas não defendiam mais as ideias restauradoras, isto é, a volta de d. Pedro I e os interesses portugueses porque o ex-imperador já havia falecido em Portugal no ano de 1834. O que estava na base das suas ideias era o estabelecimento da autoridade por parte do Estado para garantir a unidade e a ordem do Império, que para eles tinham sido perdidas com a entrada dos Liberais no poder em 1827. Era preciso, portanto, exercer a autoridade na Rua que era vista como local de desordem.

Iniciaremos analisando o entendimento de liberdade para os *Liberais* ou *progressistas* que, nesse contexto, já eram chamados de *luzias*. Dentre os liberais havia concepções diferentes de liberdade, as formuladas pelos *moderados* e da ala dos *exaltados*. Para os *moderados* era vista com a prevalência do poder legislativo, isto é, a câmara dos deputados como a garantia da soberania nacional. Já para os *exaltados* relacionavam liberdade com igualdade entre os homens livres, não incluindo os escravizados. Não era difícil naquele contexto os *exaltados* serem vistos como republicanos, mesmo que dentro desse grupo tivessem esses ideais a maioria deles defendesse uma monarquia federalista. Os Liberais que chegaram ao poder em 1827 se colocaram em oposição aos projetos dos regressistas, implementando a concepção de liberdade entendida por eles. Segundo os liberais para garantir a liberdade era preciso prevalecer o poder legislativo, isto é, a câmara dos deputados, para garantia da soberania nacional. Atrelado a essa concepção estava também a de liberdade civil nos moldes de Rousseau.²⁷ No entanto essa

²⁶ REIS, João José. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flavio. (Org.). **Dicionário da escravidão**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. P.292.

²⁷ ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. Coleção os pensadores. Rio de Janeiro: Abril, 1978.

última se construía a partir de uma contradição, onde a maioria dos considerados cidadãos não adquiriu direitos políticos e dentro de uma sociedade que a metade da população eram negros escravizados, ou seja, negando a participação do povo

Concretizando:

Assim, a desigualdade na política correspondia a desigualdade na sociedade. Importava não confundir a Liberdade com igualdade, mesmo que por vezes desta pudessem servir-se para a consecução de seus propósitos e a manutenção dos privilégios sociais. A Casa deveria permanecer distinta da Rua e da Praça pública, embora nelas pudesse derramar-se em determinadas circunstâncias como recurso para alcançar seus objetivos.²⁸

Mas os liberais não conseguiam traduzir suas concepções e projetos em forma de ordem e estabilidade dentro do regime monárquico, o reflexo mais nítido são as inúmeras rebeliões já citadas, além de, por vezes, se confundirem com propostas republicanas e de igualdade, ou seja, “[...] os Liberais não conseguem estar no governo do Estado porque insistiam em privilegiar o Governo da Casa [...]”.²⁹ O Governo da Casa era entendido como local da Liberdade, isto é, onde todos os cidadãos do Império poderiam exercer suas crenças, ideias e vontades pessoais, como formulada por Hobbes na sua obra *Leviatã*³⁰. Isto representou, aos olhos dos regressistas, que o Estado não representava a Ordem, prevalecendo os interesses da Rua, que era entendido com o espaço da desordem e da anarquia. Paralelamente a esse momento, um grupo político importante de regressistas se formava na província fluminense, a *trindade saquarema*, que mais adiante se consolida no poder até 1860. Faziam parte desse grupo Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós. Diante desse cenário, segundo Mattos,³¹ aos poucos os *Liberais* ou *Luzias* aderiam aos projetos dos *regressistas*.

Diferentemente dos progressistas, os regressistas concebiam a liberdade como sinônimo da ordem, centralização, segurança para combater a anarquia e a desordem nas províncias e nos sertões, promovida pelo Ato Adicional. Defendiam

²⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987. P.142

²⁹ Idem. P.158.

³⁰ HOBBS, Thomas. **Leviatã**: Ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2019.

³¹ MATTOS, 1987.

assim a prevalência do poder executivo sobre os demais, junto com o poder moderador, sem as restrições estabelecidas pelo Ato. Mas ao chegarem ao poder, para conseguirem alcançar seus objetivos, os regressistas precisavam incorporar a *Boa Sociedade*, esses eram os grandes proprietários de terras. Na prática isso significava a manutenção do regime escravocrata, contrariando os interesses dos ingleses que intensificaram a pressão para a abolição do regime. Como os progressistas, os regressistas se sustentavam em cima de uma contradição; eles pretendiam elevar o Império do Brasil ao patamar das civilizações europeias, mas insistiam na manutenção do regime escravista, visto por elas como atraso. Outra diferença importante era a aceitação da desigualdade, que se manifestava na esfera privada e pública. Na privada significava a desigualdade natural entre os homens, e na esfera pública entre os cidadãos civis e os cidadãos políticos, os que detinham o direito de voto. Mas até entre eles;

[...] construía-se uma desigualdade no interior do próprio conjunto de cidadãos ativos – isto é, do Mundo do Governo – por meio da discriminação entre votantes e eleitores, pela hierarquização das relações entre o Executivo e a Câmara dos Deputados, e sobretudo pelo fato de reservar o topo da pirâmide da organização e da vida política – devendo ser lembrado, neste ponto, que elas praticamente se confundiam com a dimensão pública – ao Imperador, a baixo do qual todos apareciam como súditos.³²

Percebemos a partir da passagem de Mattos que entre os eleitores havia uma desigualdade, porque cabe lembrar que o voto era censitário, ou seja, precisava de uma renda mínima para votar. Mas dentro dos poderes havia uma hierarquização entre eles, onde o Imperador estava no topo e exercia através do poder Moderador, mas sem as restrições impostas durante a regência. Diferentemente da Inglaterra onde o rei reina, mas não governa, no Brasil o Imperador governa e administra. Para os *regressistas* não bastava só restabelecer a ordem era preciso também colocar fim ao que ocasionou chegar a isso que, segundo eles, eram os ideários democráticos e republicanos.³³ Nesse sentido, em 1840, eles aprovaram uma emenda ao Ato Adicional de 34, que reduzia os poderes aos presidentes das províncias. No mesmo ano também iniciaram a campanha para a maioria de d. Pedro II, que foi bastante

³² Idem. P.150.

³³ MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Marcia de Almeida, 1991

divulgada na sociedade através da imprensa e teve apoio da população. Parte dos liberais tentaram até adiar a emancipação para 1843, mas naquele contexto já não tinham mais forças e não conseguiram evitar a coroação do novo imperador d. Pedro II.

Enfim muitos projetos políticos estavam em disputa entre os anos de 1830 a 1840 e foram vivenciados com bastante intensidade pelos sujeitos históricos que participaram da construção do Estado imperial do Brasil. Tais disputas não se restringiram apenas às arenas políticas e adentram as ruas através da imprensa e se intensificaram durante as regências quando os liberais eram maioria no poder. Mas “Caminhando com suas contradições, os Liberais não conseguiram evitar – à época da Maioridade – que a Liberdade que defendiam fosse atrelada ao princípio da Ordem e à Monarquia, aos quais também aderiram.”³⁴ Permitindo o início do *Regresso Conservador* em 1837 e o Golpe da Maioridade em 1840. Vale ressaltar o papel que a imprensa exerce nesse contexto principalmente na abdicação de d. Pedro I e durante o golpe da maioridade, como foi colocado, mas também durante toda a regência, especialmente ao abordar as revoltas. Nessa terceira parte do primeiro capítulo analiso a relação da imprensa e da sociedade na constituição de um espaço público.

1.3: Imprensa e sociedade na construção dos espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro.

Nesta última parte do capítulo vou abordar a relação da imprensa com a sociedade, sendo a primeira um elemento importante na constituição do espaço público na cidade do Rio de Janeiro. Nos acontecimentos citados anteriormente, como por exemplo o processo de independência, a Abdicação de d. Pedro I, as inúmeras rebeliões do Período Regencial e o Golpe da Maioridade, a imprensa vai ter um papel ativo, trazendo nas folhas a opinião dos seus redatores que circulavam nas ruas da capital. Enfim as agitações, debates e opiniões dos diversos grupos presentes na Câmara vão estar representados nos periódicos. Inevitavelmente em alguns momentos haverá censura, o que obriga ao primeiro ponto importante de

³⁴ MATTOS. 1987.

abordar a quantidade de jornais que circulavam em cada momento. O segundo ponto fundamental é assinalar a que tendência ou grupo que os jornais se identificavam, isto é, o seu editor. Para iniciar essa parte abordarei brevemente os primeiros periódicos produzidos e que circularam no Brasil.

A chegada da Família Real no Brasil, em 1808, transformou a colônia na nova sede do Império português. Muitas transformações aconteceram no Brasil naquele momento, em especial na cidade do Rio de Janeiro que foi escolhida como a nova capital. Além da transferência de todo aparato administrativo e da criação de espaços culturais, outras mudanças importantes aconteceram, talvez a mais lembrada delas seja a abertura dos portos para as nações amigas, sendo essa a primeira atitude realizada por d. João, quando a família real ainda estava alocada na cidade de Salvador. Mas outra importante implementação foi a da Imprensa Régia, já na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1808. Essa última permitiu o lançamento do primeiro jornal produzido no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Antes dele já circulava pelas ruas da capital, desde o dia 1 de junho o *Correio Brasiliense*, mas esse era produzido em Londres na Inglaterra. É importante colocar que com a Imprensa Régia isso não significou a liberdade de imprensa, pelo contrário havia a censura régia na qual a *Gazeta* era submetida.

A *Gazeta* foi lançado no dia 10 de Setembro e teve como primeiro redator frei Tiburcio José da Rocha. O jornal tinha em média quatro páginas e era o jornal oficial do império trazendo nas suas folhas notícias a respeito da família real, decretos que foram implementados, anúncios de escravizados, além de informações dos países europeus. Segundo Sodré “Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nêle constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que haviam criado.”³⁵ Para os historiadores a *Gazeta* é uma fonte importantíssima para pesquisar sobre os hábitos e a sociedade carioca naquele momento até 1823, ano da sua última edição.

O *Correio Brasiliense* foi lançado no dia 1 de Junho e redigido por Hipólito José da Costa Furtado. Antes de adentrar sobre o jornal vale a pena falar brevemente

³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. P. 23.

da trajetória do seu editor para assim poder melhor compreender o periódico. Hipólito nasceu no ano de 1764 na colônia de Sacramento, Cisplatina e pertencia ao uma família prestigiada na região. Formou-se em direito e filosofia pela universidade de Coimbra em 1794. Em 1798 se mudou para os Estados Unidos, a pedido do governo português, e por lá ficou apenas dois anos, retornando para Lisboa. Em 1802, em uma nova viagem a pedido do Governo, foi para Londres e lá estabeleceu algumas amizades, como com os filhos do rei George III, além de ter conhecido Simon Bolívar e Francisco de Miranda. Devido a essas relações Hipólito foi preso assim que retornou a Lisboa em 1802. Na prisão ficou até 1805 ano que conseguiu escapar e retornou para Londres. Bastante influenciado por essas experiências, em especial o modelo político inglês de uma monarquia parlamentarista, Hipólito edita o *Correio Brasiliense* na cidade de Londres. Nesse sentido o *Correio* refletiu as tendências políticas de Hipólito, trazendo para América, as ideias do liberalismo que circulavam na Europa e a preferência pelo modelo inglês, parlamentarismo constitucional. Diferentemente da *Gazeta*, o *Correio* era um jornal doutrinário e tinha em torno de cem páginas. Por razões evidentes seria impossível o *Correio* ser produzido no Brasil, mas segundo Sodré³⁶, ele entrava e circulava na sociedade colonial de forma clandestina. O *Correio* vai ter um papel importante no processo de independência e em novembro de 1822, logo após emancipação política do Brasil Hipólito, encerra a produção do periódico.

Esse foi o início da produção de jornais no Brasil, que na América espanhola já tinha estabelecido a produção de periódicos bem antes, além da implementação de universidades. Na América Espanhola, já se conhecia a arte gráfica no século XVI, com a produção de livros. A produção de jornais se deu no século XVIII, no México em 1722 foi lançado *Gaceta de Mexico y Noticias de Nueva España*, em Buenos Aires em 1790, Santiago em 1776 e Bogotá em 1738. O debate em relação aos motivos do atraso do Brasil, em comparação com as colônias espanholas, é bastante extenso e com hipóteses variadas. Sodré argumenta;

Assim, onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implementar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no

³⁶ SODRÉ. 1966.

Brasil, que não conheceu, por isso, nem a universidade nem a imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham a larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nelas, representa sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum. O aparecimento precoce da Universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, de implementar a cultura externa, justificatória de domínio, da ocupação, da exploração.³⁷

Influenciado pelo pensamento marxista Sodré explica o atraso da implementação da imprensa na América portuguesa pela diferença do nível cultural, em comparação com América espanhola. Sem dúvida as culturas que os espanhóis encontraram ao chegarem na América facilitou a implementação da imprensa e das universidades, mas o cuidado que temos que tomar é de não aceitar a ideia de um evolucionismo cultural, isto é, a cultura dentro de uma linha evolutiva dividida em estágios, o que existe são culturas diferentes que se desenvolveram de formas distintas. Outro ponto que o autor coloca “O aparecimento precoce da Universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância.³⁸” Essa passagem nos induz a pensar que no caso da Hispano América houve uma tolerância em relação à cultura lá encontrada e o trabalho que os espanhóis tiveram foi de uma “substituição” cultural pela cultura espanhola. Mas de fato ambos os processos de colonização, com suas diferenças, foram uma imposição cultural e de tentativa de exterminar a cultura encontrada.

Outra hipótese colocada dentro desse debate é formulada por Holanda;

Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio.³⁹

Segundo o autor, não negando a ideia da diversidade cultural, ele acrescenta o medo da administração portuguesa da entrada e circulação “de ideias novas”⁴⁰, mais especificamente do pensamento ilustrado. Sem dúvida esse era um dos motivos,

³⁷ SODRÉ. 1966. P. 13 – 14.

³⁸ Idem. P.14

³⁹ HOLONDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. P.143.

⁴⁰ Idem.

mas também não traz uma explicação por completo porque mesmo sem a produção de jornais e livros na colônia, essas ideias entravam na colônia, através da circulação clandestina de livros ou pelas conversas do cotidiano através de quem desembarcava aqui vindo da Europa. Outro ponto colocado por Holanda é a questão da censura. Sobre isso o autor comenta que, em 1747, na cidade do Rio de Janeiro Antonio Isidoro Fonseca chegou a abrir uma gráfica, mas logo em seguida por ordem real foi mandado fechar. Cabe acrescentar que não havia nenhuma lei que proibisse a instalação de gráficas e a produção de jornais no Brasil e quando houve a implementação da imprensa no Brasil, como na América espanhola, veio acompanhado de uma forte censura. Ainda sobre a questão do atraso, Morel faz uma importante observação sobre o surgimento da imprensa no século XIX;

Uma questão recorrente na historiografia brasileira sobre a imprensa, mais particularmente sobre o surgimento dos periódicos em princípios dos oitocentos, é a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos destes primeiros tempos da imprensa. Tais características não me parecem, em termos analíticos, suficientes para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise. Sem negar aqueles três fatores, em geral mais facilmente perceptíveis até pelo acúmulo de trabalhos nesta linha, é importante acrescentar outro elemento: o de que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se insere. Ou seja, a imprensa periódica pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais e que dizia respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas relações políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.⁴¹

Enfim apresentei algumas das hipóteses inseridas no debate historiográfico acerca da diferença da implementação da imprensa nas colônias espanholas em relação ao Brasil. Os argumentos apresentados, da diferença cultural, do medo da entrada do

⁴¹ MOREL, Marco. A imprensa periódica no século XIX. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/> > . Acesso em 27 de maio de 2020.

pensamento ilustrado e da censura, são fatores que explicam em parte essa questão. O importante é que a falta de produção de jornais na colônia não impossibilitou a entrada do pensamento iluminista e mais adiante das ideias ilustradas. E, em 1808, com a fabricação do primeiro jornal dentro do Brasil não se deu num vazio cultural como escreve Morel, mas foi mais um elemento que constituiu as relações sociais no espaço público, e é esse aspecto que abordo em seguida.

Os anos que se seguiram à primeira produção não representaram um aumento significativo no número de jornais produzidos no Brasil, parte se explica pela censura. A mudança do número de produção só vai acontecer a partir do ano de 1820, para entender os motivos que proporcionaram um aumento significativo na produção de jornais é preciso analisar o contexto internacional. Os anos 20 do século XIX foram anos bastantes intensos na Europa, especialmente em Portugal e na Espanha, que acabou refletindo nas suas colônias na América. Estes dois países vão vivenciar revoluções constitucionalistas, baseadas no modelo liberal da Constituição de Cádiz de 1812. Nessa constituição, elaborada na Espanha, se posicionou contra o Antigo Regime, colocando o conceito de liberdade no centro dos debates, foi inspirado nesse modelo que eclodiu a Revolução Liberal do Porto em 1820. Houve a convocação da Corte, para a elaboração de uma nova Constituição e desejavam a volta da família Real. Muitas medidas foram realizadas durante a Regência que foi adotada em Portugal, entre elas a liberdade de Imprensa no dia 21 de setembro e em seguida no dia 13 de outubro liberou a circulação de jornais portugueses para fora do país. Essas medidas tiveram consequências diretas no Brasil com um decreto assinado por D. João que extinguiu a censura previa dos jornais do Brasil. Segundo Morel é nesse momento que se estabelece a liberdade de imprensa;

Mas o que se verifica em seguida não é uma linha progressiva e ascendente de crescimento desta liberdade. Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão de controle dessa atividade seguiria sobretudo uma linha sinuosa, com recuos e expansões, em que dilemas vividos pelos redatores de diversas correntes políticas se cruzaria com as preocupações governamentais e com as constantes desta legislação pelos parlamentares.⁴²

⁴² MOREL, 2005. P. 205.

Um exemplo disso é o que Morel chama de linha tênue, aconteceu antes da Proclamação da Independência, no dia 18 de junho de 1822 com o decreto, assinado por d. Pedro I e referendado por José Bonifácio, regulando o julgamento dos delitos de imprensa no país, e no dia 1 de agosto José Soares Lisboa foi absolvido pelo crime de abuso da liberdade de imprensa, foi o primeiro exemplo de alguém sendo acusado por esse delito.

Para esse mesmo autor e outros é também nesse momento que surge no Brasil a *opinião pública*. Antes de analisar como ela foi apropriada nesse contexto, é preciso colocar que tal expressão é polissêmica, isto é, foi utilizada de maneiras diferentes durante a história, tanto negativamente como positivamente, desde a Antiguidade com Platão até os dias atuais. É preciso, portanto, entender a *opinião pública* dentro de um tempo e contexto histórico específicos analisando os significados a ela atribuídos pelos diversos sujeitos históricos. Sem querer entrar nesse debate em torno do que é opinião pública, considero neste trabalho a importância que tal expressão desempenhou na constituição dos espaços públicos e nas formas de sociabilidade das sociedades ocidentais em meados do século XVIII.⁴³ Na França, por exemplo, antes do advento da Revolução Francesa era comum a prática de leituras coletivas de panfletos, poemas e outros escritos criticando e insultando as autoridades monárquicas e até ao próprio monarca, como aconteceu com Luís XV.⁴⁴ Esses textos eram transmitidos oralmente dentro da sociedade, criando uma rede comunicação onde não era possível identificar a sua origem. Essa forma de manifestação e comunicação não ficou restrita a esse momento na França e esteve presente também durante a Revolução Francesa na derrubada do antigo regime. Colocando de maneira resumida é nesse contexto que se inicia o processo de crise do absolutismo monárquico, onde o rei necessitava agir conforme as reivindicações da sociedade. A opinião pública aparece no cenário francês como uma espécie de tribunal, onde o monarca necessitava prestar conta

⁴³ Sei que existe um extenso debate na filosofia e na própria historiografia sobre opinião pública. Não consegui na realização desse trabalho dar conta de pelo menos uma parte da bibliografia sobre essa temática. Considero no desenvolvimento futuro dessa pesquisa incluir esse debate.

⁴⁴ Ver: DARNTON, Robert. **Poesia e Polícia**: Redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

diante da sociedade. Durante a Revolução, no seu momento mais radical, a expressão adquire o sentido de vontade geral.⁴⁵

Cabe investigar agora como a expressão *opinião pública* surgiu e foi pensada no contexto da independência do Brasil. Segundo Morel;

É nesse momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em alta voz, entre outros) para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão- leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões. Apesar disso, é importante ressaltar que as formas “antigas” de comunicação continuaram presentes mesmo após a consolidação da imprensa periódica – caracterizando assim um hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política, nos espaços públicos na capital brasileira.⁴⁶

Percebemos que com a maior circulação dos periódicos nas ruas, o hábito da leitura individual do cidadão letrado abstraído as informações de maneira crítica através do uso da razão, possibilitando a formação de sua opinião. Mas a formação da opinião não se restringia ao público letrado, porque a prática das leituras coletivas de jornais ainda estava presente, além disso as opiniões e informações circulavam através das conversas no cotidiano alcançando a população analfabeta. Nesse sentido o surgimento da *opinião pública* no Brasil está relacionado com a liberdade de imprensa e consequentemente o hábito de leitura dos jornais.

Para entender como a opinião foi pensada no contexto de independência utilizo os jornais como ponto de partida. Escolhi para análise o jornal *Correio do Rio de Janeiro* redigido por João Soares Lisboa. Ele era liberal defensor da independência, mas junto a ela colocava a questão da liberdade como princípio fundamental. A liberdade de imprensa e política, isto é, a realização de eleições

⁴⁵ Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. Cap. 3, p. 111- 161.

⁴⁶ MOREL, 2005. P. 205-206.

direta para a escolha dos representantes da Assembleia. Lisboa manifestava suas opiniões através do seu jornal, chegou até ser julgado pelo crime de abuso de liberdade de imprensa, mas absolvido como mencionado anteriormente nesse trabalho. O *Correio* era um jornal de quatro páginas e era considerado um dos mais radicais da época, ele teve duas fases. A primeira vai do dia 10 de abril até 21 outubro de 1822, quando Lisboa teve que fugir para Buenos Aires devido a perseguição do Governo. A segunda vai de 1 de agosto de 1823 até 24 de novembro do mesmo ano quando Lisboa é deportado. Foi pensando no papel que o *Correio* teve na independência que escolhi analisar como a expressão *opinião pública* foi representada nas suas folhas. Estou ciente que o significado adquirido da expressão não representa todos os outros a ela atribuída naquele contexto, mesmo assim considero importante trazer à luz tais interpretações.

No dia 8 de Maio de 1822, uma pessoa que se identificou como “*Analyse*” abordou sobre a forma de atuação dos governos da seguinte forma:

Nos Governos Constitucionaes serve de Thermometro aos Governantes a opinião Publica, e esta não se pode dar a conhecer senão por meio da imprensa, e por decentes contestações literárias; do que se segue torna-se criminozo egoista todo o Cidadão, que podendo não quer trabalhar a favor da cauza comum; deixando ao Governo privado dos recursos collectivos dos estudiosos, e na dura necessidade de obrar conforme seu entender, muitas e muitas vezes errando por falta daquelles recursos. (Conforme o original)⁴⁷

O autor no restante da matéria defende a Independência do Brasil de Portugal. Pensando na emancipação política ele coloca que os governantes têm que se guiar pela *opinião pública* e ela se manifesta nos jornais. É interessante perceber que a *opinião pública* adquire o sentido de tribunal supremo, onde os governantes têm que basear suas ações e reforça o papel dos jornais como meio das pessoas elaborarem e expressarem sua opinião. Em outras matérias desse mesmo jornal a *opinião pública* aparece como termômetro para as ações do governo. Ao analisar o diário da *Assembleia Geral Constituinte, Legislativa do Império do Brasil* essa expressão também era utilizada pelos deputados, as vezes de forma positiva e outras

⁴⁷ Analyse. **Correio do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1822. P.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/749370/99?pesq=Opinião%20publica> > . Acesso em 31 de maio de 2020.

de maneira negativa. Mesmo quando usada pela ala conservadora, de forma negativa, havia uma preocupação em relação à *opinião pública* e aos males que ela provocava para a integridade do Império. Enfim o que procurei mostrar é nesse contexto de independência que a expressão *opinião pública* começa a ser usada com mais frequência e muitas das vezes relacionada com a liberdade de imprensa.

Os periódicos contribuíram assim para a conquista da independência do Brasil com surgimento da *opinião pública* proporcionado por esse meio. Mas é fundamental entender quais características mais gerais dos jornais daquele momento proporcionarão isso. Neste sentido as reflexões trazidas por Goldgel, mesmo que o autor esteja pensando no contexto hispano-americano, traz algumas semelhanças com o Brasil que nos permitem se debruçar sobre essa questão.⁴⁸ O autor destaca dois aspectos, o primeiro é o que ele denomina de uma retórica do entusiasmo junto com a entrada das “novas ideias” e o segundo é aceleração das letras.

Começando pelo primeiro aspecto Goldgel escreve que os jornais do século XIX começam a trazer em suas folhas as “novas ideias” vindas da Europa, isto é, o pensamento ilustrado, que entre outras características, questionava os regimes monárquicos e o poder absoluto do rei. Essa seria uma novidade dos jornais comparado com os primeiros jornais da América espanhola, que estavam vinculados às autoridades. Mas para o autor só a aparição dessas ideias não bastava para transformar o pensamento das populações americanas, era preciso o que ele denomina de uma retórica do entusiasmo, isto é, uma retórica capaz de inflamar os ânimos da população e ter um caráter prático, típico de alguns dos jornais, dos panfletos ou de manifesto que eram breves e tinham uma linguagem de fácil compreensão e mobilizante. Além disso os jornais eram na sua maioria pequenos, com uma variedade de assuntos e um preço mais acessível em comparação aos livros, o que ajudava a atrair uma variedade de leitores. Mesmo com o surgimento tardio dos jornais no Brasil, só no ano de 1808, as ideias ilustradas vão começar a aparecer com mais frequência nas páginas dos periódicos nos anos de 1820. Cabe

⁴⁸ GOLDGEL, Víctor. **Cuando lo nuevo conquistó América: Prensa, moda y literatura en siglo XIX.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

colocar que o assunto sobre a independência do Brasil só apareceu nas folhas a partir de 1821 quando se percebeu que um dos objetivos da corte de Lisboa era a recolonização do Brasil. Os jornais tinham em média quatro páginas e, “o conteúdo consistia em um ou vários artigos doutrinários, com frequência polemizando com outra publicação, cartas dos leitores, transcrição de artigos de outras folhas e anúncios.”⁴⁹ Enquadrando-se nesse sentido nas características apontadas por Goldgel.

O segundo aspecto é a aceleração das letras, isto é, a aceleração da produção dos jornais, revistas e panfletos, além da velocidade da circulação dentro da sociedade. No Brasil, como já foi abordado nessa última parte do capítulo, havia o hábito de leituras coletivas de jornais e panfletos nos espaços públicos, o que permitia, além de acelerar a circulação das letras pela sociedade, ampliar o público para além dos poucos letrados.

Juntando esses dois aspectos, uma retórica do entusiasmo junto com uma aceleração das letras e sua dispersão no interior da sociedade, isto proporcionou no caso do Brasil, mas também para o caso da Hispano América, a ideia de modernidade como pensada por Koselleck, isto é, a ampliação do campo do *horizonte de expectativas*. Para o autor o *horizonte de expectativa*

[...] é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realizar no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentando, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.⁵⁰

Os periódicos do século XIX possibilitaram que entrasse na América a concepção de modernidade que na Europa já estava presente desde o final do século XVIII com o advento da Revolução Francesa, criando nos sujeitos históricos sonhos e desejos. Nas folhas de jornais os redatores precisavam ilustrar em palavras esses anseios, que eram heterogêneos, no sentido que eram diversos e as vezes opostos

⁴⁹ MOLINA, Matías. **História dos Jornais no Brasil**: Da era colonial à Regência. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. P. 182.

⁵⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

entre si, esses desejos foram ilustrados na forma de independência. Que na América espanhola se concretizou de maneira bem diferente de como aconteceu no Brasil.

Após o contexto de independência no Brasil esses desejos e sonhos de como construir o Império do Brasil vão continuar. Muitos projetos permanecem em disputas, como já abordado anteriormente, e vão ser colocados e defendidos nos jornais, especialmente no Período Regencial. Os redatores e os políticos vão considerar os jornais como um importante meio para se manifestar, mas não só eles, os próprios leitores também vão. Mas tudo isso só foi possível no Brasil a partir de 1820, pelos motivos já analisados. Nesse sentido, o movimento de sair do marco cronológico delimitado foi importante para entender como os jornais foram naquele momento um elemento fundamental na constituição das relações nos espaços públicos e na sua transformações, assim também foi no Período Regencial. No próximo capítulo darei continuidade a essa questão, mas concentrando-me no período delimitado e nas fontes utilizadas durante a pesquisa.

Capítulo 2: O sertão nas páginas dos jornais (1830 – 1840)

2.1: Breve história do conceito sertão

Início esse segundo capítulo analisando, mesmo de maneira breve, as origens do conceito sertão, sua história e como ele foi inicialmente mobilizado no Brasil, ainda no período colonial. Segundo Koselleck⁵¹ todo o conceito é polissêmico, isto é, apresenta vários significados e tem uma história, seus significados se modificam ao longo do tempo dependendo do contexto e a forma

⁵¹ Idem.

como ele é mobilizado pelos sujeitos históricos, ou seja, está ligado às experiências desses sujeitos. Três observações metodológicas têm que ser levadas em considerações, assinaladas pelo próprio autor, primeiro que um conceito não é só um fator indicativo dos acontecimentos históricos, ele é ao mesmo tempo um fator que atua e é capaz de modificar esses mesmos acontecimentos. A segunda observação é que as respectivas mudanças de significados de um conceito são muito mais lentas em comparação às mudanças ocasionadas pelos acontecimentos históricos, em outras palavras, as mudanças de significados não representam, necessariamente, as mudanças do eventos. Terceiro os conceitos são cobertos por camadas, mesmo que seja mobilizado de forma nova, necessariamente é preciso operar com uma base ou um ponto de referência comum, ou seja, recuperar um significado já atribuído anteriormente, para poder ser compreendido. Assim o conceito acumula uma variante de significados nele mesmo.⁵²

A origem da palavra sertão é controversa entre os filólogos. Segundo Barroso a etimologia vem do angolano, do dialeto *bunda*, da palavra *mulceltão* derivando, posteriormente, *celtão* e certão. O significado atribuído a essa palavra é mato e era empregado pelos moradores do interior da África Portuguesa, passando a se referir a mato longe da costa.⁵³ No entanto para outros especialistas a palavra vem do vocábulo latino *desertānu*, que significa “lugar inculto, distante das povoações ou das terras cultivadas, longe da costa.”⁵⁴ Outra hipótese para o surgimento é a partir da abreviação da palavra “desertão.” Há registro que Portugal desde o século XIV e possivelmente até antes já utilizava o conceito para se referir a áreas no interior do seu próprio território.⁵⁵ Nesse sentido, os portugueses introduziram o conceito de sertão na colonização do continente africano e americano. Nas colônias na África os colonizadores se referiam ao sertão para falar da paisagem com densa vegetação e florestas. Segundo o escritor moçambicano

⁵² KOSELLECK, 2006.

⁵³ BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. In: BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

⁵⁴ CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. P. 718.

⁵⁵ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1955.

Mia Couto o conceito sertão foi utilizado pelos portugueses para descrever a savana, no entanto,

A palavra não ganhou raiz. Apenas nos escritos coloniais antigos se pode encontrar o termo “sertão”. Quase ninguém hoje, em Moçambique e Angola, reconhece o seu significado.⁵⁶

Diferentemente do processo que aconteceu em Angola e Moçambique, no Brasil o sertão foi incorporado no nosso vocábulo, no período colonial e continuou, mesmo no pós independência. Na literatura com as obras “Os sertões⁵⁷” de Euclides da Cunha, “ Grande sertão: veredas⁵⁸ “ de Guimarães Rosas e em tantas outras obras literárias e nas letras de músicas que fazem referências ao sertão. Mas não só na literatura que o conceito é mobilizado, nos dias de hoje ele também é utilizado para se referir a regiões do nordeste brasileiro e é objeto de estudo tanto na historiografia quanto nas outras áreas de conhecimento, como na geografia e na própria literatura.

No Brasil a história do conceito sertão começa ser mobilizado com a colonização portuguesa e já em 1500 na carta de Pero Vaz de Caminha, mas também está presente em várias outras cartas, diários e crônicas de viajantes, missionários e colonizadores que passaram ou ficaram aqui na colônia portuguesa na América. Nesse momento inicial da colonização o sertão apresenta uma dualidade, porque ao mesmo tempo que ele representado de forma negativo, como espaço vazio, perigoso, da barbárie, selvageria, entre outros, ele também vai ser posto de forma positiva como local que se encontrara riquezas. Nas palavras de Noronha,

O sertão aparece por meio de imagens que trazem um sinal positivo – representado, por exemplo, o lugar onde se encontrará a riqueza tão desejada e sonhada, as serras resplandecentes de ouro, prata e pedras preciosas, uma lagoa fabulosamente rica chamada Lagoa Dourada, ou almas para a conversão, o “tesouro de almas” ou a “porta aberta para a conversão”, como diziam os jesuítas – , e também por meio das imagens carregadas de negatividade – o lugar perigoso, da má vida, da morte, da

⁵⁶ COUTO, Mia. Encontros e encantos – Guimarães Rosas. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano**: e outras intervenções. São Paulo: Companhia das letras, 2016. P.110

⁵⁷ CUNHA, Euclides. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2019.

⁵⁸ ROSAS, Guimarães. 1976.

insegurança, da barbárie, da selvageria, da fome, do pecado, do vazio da ordem (sem lei, sem rei, sem fé), da guerra com os gentios, do refúgio para os que se recusavam a tornarem-se “cultos”, do deserto de cristãos, domínio da natureza – todas as imagens que representam o medo que esse espaço do vazio e do desconhecido evocava sobre esses homens.⁵⁹

Percebemos essa dualidade em torno das imagens e representações do sertão nas cartas de Nóbrega, jesuíta que morou no Brasil e tinha como missão realizar a catequização dos indígenas, logo no início da colonização no século XVI. Numa carta datada de 11 de agosto de 1551 ao padre Simão Rodrigues, Nóbrega escreve;

E por isso nos repartimos pelas capitâneas e, com línguas que nos acompanham nos ocupamos nisto, aprendemos pouco a língua, para que entremos pelo sertão dentro, onde ainda não chegarão os cristãos, e tenho sabido de um homem gentio que está na terra que vivem em obediência de quem os rege, e não comem carne humana, andam vestido de peles, o que tudo é uma disposição para mais facilmente se converterem e sustentarem. (...)

Nessa capitania de Pernambuco, onde agora estou, tenho esperança que se fara muito proveito, porque, como é povoado de muita gente, há grandes males e pecados nela. Andam muitos filhos dos cristãos pelo sertão perdidos entre os gentios, e sendo cristãos vivem em seus bestais costumes.⁶⁰

Nessa carta Nóbrega mobiliza o conceito de sertão de maneira negativa como local de ausência de cristãos, ou seja, a falta da fé e religião, do pecado, males e de pessoas com costumes bestais. Ao mesmo tempo o jesuíta vê aspectos positivos no sertão como um local de esperanças para converter novos cristãos e relata um gentio que soube viver em obediência e não pratica os maus costumes, ressaltando assim os aspectos positivos.

É fundamental contextualizar brevemente esse início da colonização para compreender melhor a força que o sertão daíquiri nos escritos e no vocábulo. Esse é o momento das colonizações, não só de Portugal no Brasil, mas de outros países europeus, de desbravamento do território, isto é, de ocupar, conquistar, aos poucos, esses novos espaços. Mattos utiliza o conceito *região colonial*, nas palavras do autor “ (...) como um espaço vivo, em movimento, expressando a dominação

⁵⁹ SÁ, Maria Elisa Noronha de. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: BOTELHO, André; STARLING, Heloisa Murgel (org.). **República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. P. 302.

⁶⁰ NÓBREGA, Manuel. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola, 2017.

exercida pelo colonizador sobre um território, mas sobretudo uma dominação sobre os demais agentes participantes da aventura colonizadora.”⁶¹ A *região* é todo território efetivamente já conquistado e móvel, no sentido que na medida que a colonização vai sendo realizada para o interior, dessa maneira a *região* entra em oposição ao sertão, que é o território a ser desbravado, como assinala Sá.⁶² Podemos perceber que o conceito de sertão foi introduzido, no caso do Brasil, como um estratégia efetiva de consolidar a dominação no território. Ao colocar uma visão negativa do sertão, como local da barbárie, da violência, da desordem, mas ao mesmo tempo o lugar para ser ocupado, esperança de novos fiéis e de encontrar as tão sonhadas riquezas.

No século XIX o sertão adquire novas representações e significados. A concepção positiva, como o lugar que se encontrara as riquezas naturais não será muito recorrente, prevalecendo os significados negativos. No contexto da construção de uma identidade, moldada nas nações civilizadas da Europa, e a elaboração de projetos para o Império do Brasil, o sertão será representado como o vazio, barbárie, atraso, desordem entre outros. Assim, há a necessidade de civilizá-lo e inseri-lo numa concepção de tempo linear histórico do progresso. Segundo Koselleck, nessa nova concepção de tempo, inaugurada no século XIX, caracterizada pelo ideal do progresso, o que ele denomina de a *simultaneidade do não simultâneo*, tentava dar conta das diferenças no desenvolvimento de outras sociedades. Assim entendia que essas outras sociedades estavam num grau de desenvolvimento diverso em relação a Europa.⁶³ Na última parte do capítulo em que analiso as fontes esses novos significados atribuídos ao sertão e a relação com essa nova concepção do tempo ficará mais evidente.

2.2: Breve história dos Jornais do *Comercio e Sete D’Abril*

Antes de analisar as fontes pesquisadas para a realização da pesquisa faz-se necessário, mesmo que de maneira breve, abordar a história dos jornais do

⁶¹ MATTOS, 1987. P. 25.

⁶² NORONHA, 2017.

⁶³ KOSELLECK, 2006.

Comercio e Sete D'Abril, da sua criação até o período de recorte desse trabalho, destacando os principais assuntos abordados em ambos, os posicionamentos políticos dos seus editores, a quantidade de exemplares produzidas, o número de assinantes e as características dos jornais, isto é, os números de páginas. Historicizar e contextualizar as fontes são passos fundamentais para compreender melhor como e porquê o conceito de sertão está sendo mobilizado daquela maneira.

Os Jornais que circulavam pelas ruas da capital do Império são porta vozes dos partidos políticos; os *liberais exaltados*, os *moderados* e os *Caramurus*. Como representante dos liberais exaltados temos *Nova Luz Brasileira*, *O Exaltado*, *Voz da Liberdade* e *Sentinela da Liberdade*; o representante dos moderados o *Aurora Fluminense* e dos Caramurus, os exemplos são; *O Caramuru* e *o Papagaio*.⁶⁴ Sodré faz uma outra nomeação para a classificação dos ideários político dos periódicos, para o autor a divisão se dá como esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora. Na esquerda liberal o autor cita como exemplo os pasquins; na direita conservadora os exemplos são *Diário Fluminense*, *o Jornal do Comercio* e *o Analista*; e por fim na direita liberal o *Aurora Fluminense*. Sem discordar de tais divisões, ao invés de só enquadrar o *Jornal do Comercio* e *O Sete d'Abril* em grupos, vou explorar os posicionamentos e as ideias defendidas nesses periódicos durante o período de análise. Assim teremos uma visão mais ampla e complexa dos seus posicionamentos, que nem sempre seguiram uma linha fixa nos assuntos políticos. Começamos a análise pelo *Jornal do Comércio*.⁶⁵

No mês de fevereiro do ano de 1824 desembarcou no porto da cidade do Rio de Janeiro o francês Pierre Plancher, acompanhado de sua mulher, Jeanne Seignot e seu filho, Émile Seignot. Plancher exerceria os seguintes ofícios na capital do império: livreiro e editor de revistas e jornais, e entre os periódicos por ele produzidos temos o *Jornal do Comercio*. Ficou amigo de d.Pedro I conseguindo a liberação de abrir sua tipografia, inicialmente na rua Ourives, número 60, se transferindo depois para rua do Ouvidor, número 80; e a permissão como impressor imperial. Plancher era partidário de Napoleão, e com a Restauração em 1814 e o

⁶⁴ MOREL, 2005.

⁶⁵ SODRÉ, 1966.

retorno dos Bourbon chegou a ser preso em 1815. No Brasil Plancher era criticado pelos liberais e recebia apoio da monarquia:

O livreiro continuava a ter suas próprias ideias sobre liberdade de comércio e de expressão e sobre as heranças da Revolução Francesa, procurando, porém, articular tais premissas com o contexto em que agora se encontrava. Segundo ele, havia duas razões para vender e publicar impressos: instruir o público e ganhar dinheiro. Para Plancher os males brasileiros vinham da “falta de experiências revolucionária” (...).⁶⁶

Segundo Morel, com a independência do Brasil começava a se esboçar um projeto de modernidade política, com a entrada de novas ideias no Império. Essas novas ideias eram os debates sobre a modernidade política, especialmente os teóricos franceses como, por exemplo, Benjamim Constant, um dos formuladores do liberalismo francês com a ideia de poder neutro ou poder moderador. Nada melhor para promover a entrada dessas ideias através do aumento da circulação de livros, produzidos na Europa, na capital do Império, promovendo, como ressalta Morel, transformações nos espaços públicos da cidade. Percebemos que a chegada de Plancher e sua família no Rio de Janeiro e suas ocupações como livreiro e editor de jornais e revistas, estava inserido num contexto mais amplo de transformações políticas do Império.⁶⁷ Uma observação importante é destacar que Plancher não foi o único francês a entrar no Brasil nesse período, podemos citar outros jornalistas como Paul Martin, J. B. Bompard, M. S. Cremière e Cogez.⁶⁸

Fundado no ano de 1827, pelo francês Pierre Plancher, o *Jornal do Comércio* é o segundo jornal mais antigo do Brasil e o terceiro da América Latina, presente até o ano de 2016. Plancher já havia fundado outros jornais antes: *O Spectador Brasileiro*, *L'Indépendant* e *O Espelho*, esses ainda quando morava na França. Pela sua longevidade o *Jornal do Comércio* teve diferentes fases, nesse trabalho o recorte para análise ficará restrito ao período da sua fundação até o ano de 1840. Abordava assuntos econômico, tais como os preços dos produtos, as

⁶⁶ MOREL, 2005. P.35.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ SODRÉ, 1966.

notícias marítimas e o movimento de importações e exportações, mas não se limitava apenas esses, abordando também questões políticas, como veremos mais para frente. Era diário e tinha em média quatro páginas, e mesmo não sendo muito grande foi bem aceito na capital. Os primeiros redatores do jornal foram seu filho, Émile Seignot, João Francisco Sigaud, Francisco de Paula Brito, Júlio César Muzzi e Luís Sebastião Fabregas Surigué, além dos colaboradores José Clemente Pereira e Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, o marquês de Barbacena. Na sua primeira edição a assinatura era de 640 réis mensais, após dois meses do lançamento o preço da assinatura era de 1 mil réis mensal, devido ao número de assinantes, que segundo Plancher eram novecentos.⁶⁹ Em comparação aos preços dos outros jornais, *Aurora Fluminense* custava 8 mil réis anuais, *Echo* 9600 réis e o *Diário Fluminense* 20 mil réis.⁷⁰ O preço médio do jornal avulso no final de 1827 era de 80 réis. Para ter uma dimensão desse valor, um escravo de ganho recebia, em média, 80 réis, ou seja, o valor era acessível para boa parte da população.⁷¹

Em relação ao viés e aos conteúdos Sodré comenta que;

(...) Heis de encontrar nas suas páginas, todos os fatos, mas não perceberéis nelas nenhum eco do muito que se dizia e que se transformava, nessa luta memorável, sob a influência da qual vacilou o império.⁷²

Assim, na sua trajetória, continua o autor, “(...) o *Jornal do Comércio* não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos.”⁷³ Em suas páginas o *Jornal do Comercio* não abordará apenas assuntos relacionados à economia, sendo um exemplo disso a sua mudança de nome, em 1828, para *Folha Comercial e Política*. Nesse sentido, durante o Primeiro Reinado os redatores do *Jornal Comercio* vão se posicionar a favor de d.Pedro I, mas a partir de 1828 quando a crise e a insatisfação

⁶⁹ PLANCHER, Emile Seignot. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1827. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_01&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=300>. Acesso em 5 de janeiro de 2021.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ MOREL, 2005.

⁷² SODRÉ, 1966. P.217.

⁷³ Idem. P. 218.

popular aumentavam em torno de d.Pedro I, Plancher publicava nas páginas do seu *Jornal* críticas ao imperador. No mesmo ano uma publicação de Julio César Muzzi, um dos redatores, criticou a forma da colonização portuguesa, essa matéria teve repercussão negativa entre os comerciantes portugueses, o que fez com que os mesmos cancelassem a assinatura. Diante da repercussão Plancher comunicou que Julio César Muzzi foi demitido e promoveu novamente uma mudança do nome do jornal, retornando para o antigo nome; *Jornal do Comércio*, mas não deixando abordar questões políticas e a insatisfação com imperador, publicando no dia 7 de abril a carta de sua despedida.

Mudanças importantes aconteceriam no *Jornal do Comércio* a partir de 1830. Nesse ano, na França, Carlos X abdicou ao trono e Luís Felipe assume e restabelece as liberdades condicionais. Nesse novo cenário Plancher resolve voltar para a capital francesa e vende os negócios em 1832 para os franceses, Junius Villeneuve e Réol Antoine. No entanto, os compradores colocaram como condição Plancher permanecer mais dois anos para aprenderem como tocar melhor o negócio, assim ele só embarca para a França em 1834. Nesse momento o *Jornal do Comercio* tinha setecentos assinantes. Como já analisado anteriormente esse é o Período Regencial, caracterizado pelas diversas rebeliões e disputas de projetos para a construção do Império entre as diversas alas: os liberais moderados, os liberais exaltados e os caramurus. Inserido nesse contexto conturbado o *Jornal do Comercio* adotou uma postura equilibrada sem tomar partido, mantendo uma postura de neutralidade, nas palavras de Sodré: “ Como sempre, não encontrareis, em suas páginas, o eco dos clamores partidários, mas acompanhareis, com mais detalhes, recebendo, talvez impressões mais nítidas, os fatos que nos constituem a vida.”⁷⁴ Dessa forma o jornal conseguiu cumprir seu objetivo de informar e foi muito bem aceito pela população, a prova disso é que em 1836 o jornal informou que chegou a mais de dois mil assinantes, ou seja, de 1834 para 1836 o número de assinantes passou de setecentos para dois mil.⁷⁵ Muitos autores argumentam que a longevidade e o sucesso do Jornal se deve pela postura mais conservadora. Segundo Sodré, é “Curioso assinalar como os órgãos de vida longa, no Brasil, foram sempre

⁷⁴ Idem. P.218.

⁷⁵ MOLINA, 2015. P.241.

conservadores, o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Comercio*, o *Correio Paulistano* mesmo, apesar de seus intervalos liberais, mas sem extremos.”⁷⁶

Passando para o *Jornal Sete D’Abril*. O periódico foi fundado no ano de 1833, e foi dirigido por Francisco do Rego Barros Beberibe e circulou até 1839. Tinha quatro páginas e custava 40 réis no seu valor inicial, mas modificou ao longo dos anos chegando a custar 120 réis no seu último ano e a sua assinatura, no mesmo período, era de 3000 réis. Era produzido na Tipografia Americana de I. P da Costa localizada, inicialmente, na Rua Detraz do Hospício no número 160, depois se transferiu para o número 118 na mesma rua e por fim para a Rua da Candelária número 4. Inicialmente era produzido duas vezes por semana, as terças e aos sábados e no ano de 1839 passou a ser diário.⁷⁷

Nas bibliografias sobre a história da imprensa no Brasil, são poucas as informações sobre o periódico *O Sete D’Abril*, mas com elas podemos traçar o perfil político expresso nas folhas. Primeiro o nome do próprio, referência ao dia e o mês da abdicação de d.Pedro I, revela a insatisfação dos redatores com o monarca e exaltando a sua abdicação. Uma segunda informação é que o jornal era orientado por Bernardo Pereira de Vasconcellos, foi um importante político da ala liberal moderado. Formado em direito pela Universidade Coimbra, iniciou a sua carreira política em 1825 quando foi eleito para a Primeira Assembleia Legislativa do Império como deputado pela província de Minas Gerais. Fez parte do grupo de oposição de d.Pedro I, participou do governo regencial ao ser nomeado para ser secretário do Estado dos Negócios da Fazenda em 1831, participou da elaboração do Código Criminal do Império em 1830 e do Ato Adicional de 1834. No entanto a partir da eleição para o cargo de regente em 1835, com a vitória de Diogo Antônio Feijó, Vasconcellos, como outros da ala dos moderados, começou a se preocupar com o que eles acreditavam ser “o avanço dos princípios democráticos pelos “sertões”⁷⁸ e a desordem e anarquia das ruas, o que levou ele e outros membros a se aproximar da ala conservadora. Segundo Ilmar Mattos e Marcia Gonçalves essa

⁷⁶ SODRÉ, 1966. P.218.

⁷⁷ BRASIL, Bruno. **O Sete D’Abril**. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-sete-dabril/>>. Acesso em 31 de dezembro de 2020.

⁷⁸ GONSALVES, Marcia de Almeida; MATTOS, Ilmar Rohloff; 1991. P.42.

mudança de posição não significava que Vasconcellos deixou de acreditar na liberdade, mas que o avanço dos princípios democráticos estava proporcionando a desordem e anarquia, e comprometendo a liberdade.⁷⁹

Os redatores do jornal *O Sete D'Abril* vão expressar seus posicionamentos políticos logo na sua primeira edição:

O dia Sete de Abril de 1831, em que a Providencia concedeu á este Imperio, mais um favor, dando ao mundo o expectaculo de uma revoluçam, de que o seu maior successo – a abdicam – nam custou á Naçam, uma victima, uma só gota de sangue, um só tiro; se limitou em suas consequencias, de tantas à dezejam, à esse único filho do acaso, como se essa fosse a maior carência da Naçam, ou como se ella tivesse de castigar os insultos que sofreu em Novembro de 1823, e em Março de 1831, unicamente na pessoa do entam Imperador. Como se esse infeliz D.Pedro fosse o único dos Brasileiros, e das liberdades, e nam ouvessem tantos sevandijas, que ainda agora à custa dos cofres da Naçam sustentam fausto, e a grandeza, que os faz olhar as desgraças publicas com indiferença, ou com o sorrizo da maldade com que as causaram.

(...) A nossa ideia ideia moderados, e exaltados sam patriotas mais ou menos insofridos. Anarquistas, e Cramurús sam os únicos que só querem a nossa ruina; a estes sim, e só á estes tractaremos como escravos que carecem de rigor para contar-se; sem todavia nos disperçarmos de sensurar aos exaltados, e moderados os actos a que nos parecer que nam preside a razam.⁸⁰(Brazil. **O Sete D'Abril**. Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1833. P.1 – 2.)

Percebemos que os redatores elogiavam os grupos dos liberais moderados e exaltados, colocando-os como patriotas e criticava os Caramurus, aproximando-os

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Disponível em :

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&pagfis=1>>. Acesso em: 2 de janeiro de 2021.

aos anarquistas, também não polpava de críticas o antigo monarca d. Pedro. Mas também vai criticar o periódico *O republico*, pertencente a linha dos exaltados, assim, mesmo que elogiando os dois grupos da ala liberal, *O Sete D'Abril* é um dos representantes dos moderados. Uma característica do periódico era expor a opinião dos leitores a partir das correspondências que eram enviadas para a sede, na coluna de correspondências.

2.3: O sertão nas páginas dos jornais

Na última parte do capítulo apresento os significados e a maneira como o conceito do sertão foi mobilizado no *Jornal do Comercio* e *O Sete d'Abril* no período de 1830 a 1840. Não pretendo analisar todas as fontes levantadas, num total de 115 no *Jornal do Comercio* e 50 no *Jornal O Sete d'Abril*, mas apenas aquelas que foram fundamentais para a realização da pesquisa. Para melhor organização do trabalho analisarei primeiro as incidências do *Jornal do Comercio* e depois *O Sete d'Abril*, assim poderei relacionar a forma que o conceito sertão foi mobilizado com os posicionamentos e os conteúdos abordados nos respectivos jornais, sem deixar, também, de relacionar com o contexto mais geral e assinalar a página em que o sertão se encontra, porque revela a importância atribuída pelo periódico ao conteúdo em que o respectivo conceito está inserido. Por fim e não menos importante, comparar as semelhanças e as diferenças entre os jornais na forma como o conceito foi mobilizado.

Na sexta-feira do dia 12 de março de 1830 o *Jornal do Comercio* reproduzia o seguinte depoimento do Miguel de Sousa Mello e Alvim, retirado do periódico *Do Diário Fluminense*, do dia 5 de fevereiro do mesmo ano;

Santa Catharina.

Cidade do Desterro.

Extracto de hum officio do Presidente da Provincia de Santa
Catharina.

Illust. Excel. Sr. – Tendo tomado posse da presidência do Governo dessa província no dia 14 de janeiro próximo passado, no dia 26 do mesmo me dirigi pessoalmente a visitar, e inspecionar a nova Colonia de povoadores Allemães denominada

de S. Pedro Alcantra, sendo acompanhada a esta jornada pelo Commandante das Armas, o Intendente da Marinha, o Coronel Commandante do Districto, e outras pessoas mais, que voluntariamente quizerão hir comigo, e ver por seus olhos o estado daquelle estabelecimento (...).

Eu, e todas as pessoas que me acompanharão ficamos absotos e admirados de ver o trabalho imenso, e a incrível cultura, e infatigável gente tem feito em seis mezes em hum terreno bravio, e no estado selvagem da natureza... Elles se lanção avidamente ao trabalho: os rigores do tempo, a rudeza selvática do paiz, nada pode empecê-los: homens, mulheres e crianças, tudo trabalha com o maior acerto, e a mais acisada distribuição do serviço; em quanto os mais robustos derrubão, e queimão os mattos, e plantão as terras, os outros, e as crianças cuidão na construcção das suas casas, tecem os tectos de palha para as cobrir, tratão de toda economia doméstica, e assim como por encanto, no curto prazo se seis mezes apparece hum espaço de três legoas de comprimento sobre 200 braças convertido de *sertão bárbaro*, e intransitável em terreno cultivado coberto de seara de milho, trigo, e legumes, e todas as plantas do paiz, e de outras, cuja sementes trouxerão da Europa, assim como povoado de pequenas e commodas habitações, edificadas com huma facilidade verdadeiramente (...).

Deos Guarde a V. Ex. Cidade de Desterro 5 de fevereiro de 1830. – Illust. e Exel. Sr. Marquez de Caravellas. – Miguel de Sousa Mello e Alvim.⁸¹ (Conforme o original; grifo meu.)

(ALVIM, Miguel de Sousa Mello. Santa Catharina. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 12 de Março de 1830. P.1-2.)

Nesse depoimento percebemos aspectos do projeto de civilização que se pretendia implementar no império e o papel que o *sertão* ocupa dentro desse processo. O *sertão* é descrito como o lugar bárbaro e atrasado na civilização, mas ao mesmo

⁸¹ Disponível em:

< http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/225?pesq=Sertão>. Acesso em 8 de janeiro de 2020.

tempo o local para ser modificado, e essa modificação se daria incorporando os moradores no trabalho da agricultura. Outra característica importante desse projeto era que o modelo de civilização que o Império se baseava era o das nações civilizadas europeias. Essa característica está presente no depoimento quando o autor ressalta a presença de trabalhadores alemães e as comparações do Império com a Europa e as esperanças do autor que o Império alcance esses países. O *sertão* é inserido numa concepção de tempo histórico linear do progresso, como elaborado por Koselleck⁸². Por fim é importante assinalar que a notícia ocupa a primeira página do periódico, o que ressalta a importância dada pelo mesmo ao relato.

Em uma outra matéria do ano de 1833, referente ao projeto de lei de autoria de José Bonifácio, com o objetivo de transferir a capital do império da cidade do Rio de Janeiro para o sertão o conceito aparece. O projeto diz o seguinte;

Representação feita em 1833 pelo Sr. José Bonifácio de Andrade e Silva á assembleia Constituinta e Legislativa do Brazil, e mandada reimprimir pela Câmara dos Deputados, conforme o requerimento do Sr. Ernesto Ferreira França, na Sessão de 2 de Julho de 1833.

Parece muito útil até necessário, que se edifique huma nova Capital do Império no *interior* do Brazil para assento da Corte da Assembleia Legislativa e dos Tribunaes Superiores, que a Constituição Determinar Esta Capital poderá chamar-se Petropole ou Brasili.

Disse, que esta cidade não é só útil, mas necessária, e vou desenvolver as razões, em que me fundo. Sendo ella central e interior fica o assento do Governo e da Legislatura livre de qualquer assalto, ou surpresa feita por inimigos externos. Chama se para a província do *Certão* o excesso da Povoação sem emprego das Cidades marítimas e mercantis. Como esta Cidade deve ficar quanto possível for equidistante dos Limites do Império, tanto em Latitude, como Longitude, vai se abrir deste modo por meio das estradas, que devem sahir deste centro, como

⁸² Koselleck, 2006.

raios, para as diversas Províncias, e suas Cidades interiores e marítimas, huma comunicação, que de certo creará em breve tem hum um giro de Commercio interno de maior magnitude, visto a extensão do Império seus diversos climas e produções.

Ainda há outro objecto político, que aconselha esta medida muito útil, e necessária e vem a ser que deste modo acabão todas a rivalidades e pretenções que podem ser Capitaes das diversas Provincias que não querem ceder os direitos de Corte ao Rio de Janeiro. Demais, sendo a comunicação marítima entre o Rio de Janeiro ou mesmo Bahia, se esta passasse a ser Capital do Império com os Portos de Maranhão e Pará muito longe e difficilimo por causa do lançamento, e situação das Costas, pela monções, todos estes embaraços, e difficuldades cessavão pelas comunicações internas da nova Capital por meio das estradas já apontadas propntidão e regularidade as Ordens do Governo.

Mas onde acharemos nós este ponto central que corresponda a todos os fins propostos? Examinando se a Carta Geral do Brazil, e recolhidas todas as notícias Topographicas que pude alcançar, eu julgo, que a natureza assignalou o Districto, em que ella se deve edificar. A Comarca de Paracatú he aquella, que a natureza indica pela sua Latitude, e posição Geographica pela fertilidade do seu torrão, pela salubridade do seu clima e pelas mais vantagens, que offerece ao Comercio e a comunicação recipocra das diversas Provincias com a Corte. Pelos muitos rios que alli nascem, ou se cruzão, e engrossão, pode ella ter comunicação fluvial com as Provincias de Goyas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Porto Seguro, e Espírito Santo. Pelos Rios Preto, Santa Rita, e Paraná, pode se passar por Tocantins, e vai se ao Amazonas. Pelo Rio S. Francisco faz-se comunicação com Pernambuco. Pelos Rios Jequitinhonha, e Arassuay (os quases reunidos formão o chamado Rio de

Belmonte) abre se a comunicação com a Província da Bahia, e do Rio de Janeiro. (...).⁸³ (Conforme o original, grifo meu.)

(BONIFACIO, José. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 9 de Julho de 1833. P. 2)

A justificativa colocada por Bonifácio para mudar a capital do Imperio para o *sertão* é a necessidade de povoar e levar a civilização para a região, isto significa, levar a ordem. Isso seria possível porque com tal mudança, todo um aparato administrativo seria transferido para a nova capital e conseqüentemente mais pessoas se mudariam para lá, além do desenvolvimento do comercio e da construção de estradas para se comunicar com o litoral. Percebemos que no pensamento de Bonifácio o sertão é lugar da desordem, despovoado e atrasado, enquanto o Rio de Janeiro, por estar localizado no litoral e com isso mais perto das nações civilizadas europeias, se encontra num grau maior de civilização em comparação ao *sertão*. Dessa maneira defende a necessidade urgente de civilizar o *sertão*. Outro aspecto interessante diz a respeito à localização dessa nova capital que seria perto de rios, porque os rios, além de contribuir com o desenvolvimento comercial no transporte de mercadoria, eram associados à civilização. Mesmo que o projeto não tenha sido aprovado, novamente, o sertão daiquiri uma centralidade, representando a necessidade de civilizar tal região o mais rápido possível.

Numa declaração do deputado Sr. Limpo, ele comenta sobre a província de Minas Gerais da seguinte forma;

(...). Desejo saber se o nobre deputado pela província de Minas Geraes concorda no que tenho dito, ou se elle concebe que póde haver segurança pública em hum lugar onde as autoridades constituídas não tem meio algum de expelir qualquer homem facinoroso que se apresente para cometer crimes. Se he evidente que em lugares taes, onde a autoridade publica não tem força para repelir os homens mal intencionados, não há segurança publica,

⁸³ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4263?pesq=sertão>. Acesso em 8 de janeiro de 2021.

eu declaro ao nobre deputado que tal estado da villa de Uberaba; e que tal he o estado de outras povoações de grande parte do *sertão* na comarca do rio S. Francisco. (...). (Conforme o original; grifo meu.)

(Limpo. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1840. P.2.)⁸⁴

Nesse depoimento o *sertão* é descrito pela falta de segurança pública, de autoridades e, conseqüentemente, uma região com alta incidência de criminalidade. O que reforça a necessidade de civilizar o *sertão* e remete, mesmo que indiretamente, ao projeto de lei de Bonifácio da necessidade de transferir a capital do Império da cidade do Rio de Janeiro para o *sertão*, pois assim seria transferido todo um aparato administrativo e se estabeleceria a ordem e autoridade nessas regiões.

O *sertão* era descrito como área de constante perigo, violência e assaltos. Em uma matéria referente ao ano de 1833, compara a Villa de Sorocaba com a Provincia de S.Pedro, que é localizada no sertão e descrita da seguinte forma;

Comunicação.

(...) Os sorocabanos são dóceis e affaveis, valentes para a guerra, aptos e emprehendedores: huma parte destes occupão-se na carreira de portar animaes da Provincia de S.Pedro, aonde arrostão os perigos e a assaltos de selvagens povoadores daquelle *sertão*; (...).⁸⁵ (Conforme o Original; grifo meu.)

(Comunicação. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1833. P.1.)

Nessa reportagem o conceito de *sertão* é representado como lugar de perigo constante e de ataques de selvagens, referente aos indígenas que habitam a região.

⁸⁴ Disponível em:

< http://memoria.bn.br/docreader/364568_03/522?pesq=sertão>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

⁸⁵ Disponível em:

< http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/5607?pesq=sertão>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

As menções à presença de indígenas nos *sertões* eram bastantes frequentes não só nos jornais, mas também em relatórios e outros documentos e era considerado um problema, porque os assaltos e ataques aos viajantes impediam que o *sertão* fosse povoado e se desenvolvesse economicamente. Nesse sentido era preciso que enviassem missões para catequizar e civilizá-los e aqueles que se recusassem a se converter eram mortos. É importante destacar que a notícia ocupa um lugar de destaque dentro do Jornal estando localizada na primeira página.

Além desses significados atribuídos ao conceito, o *sertão* foi bastante mobilizado para abordar questões relacionadas à economia, como nessa notícia:

Hum grande numero de habitantes do *sertão* do Nogueira, representando ao Governo sobre a vantagem, senão a necessidade de hum caminho que facilite a communicação (...) daquelles fortes lugares com a Cidade de Campos (...) e porque dos exames a que mandei proceder, se colhe incontestável vantagem do referido caminho, ordenei a desapropriação dos terrenos por onde tem elle passar, cujo os proprietários pela mor parte os cedem vulluntariamente (...) Que fortes riquezas e prosperidade burbulão, Srs. Em todos os pontos do nosso abençoado paiz !! Que risonho futuro nos aguarda (...).⁸⁶
(Conforme o original, Rasura minha.)

(Obras públicas. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 2 de março de 1836. P.4.)

Essa passagem relata a necessidade da construção de estradas no *sertão* de Nogueira, para que essa região possa se comunicar com as outras regiões do Império e facilite a circulação de mercadoria. O *sertão* adquire o sentido de isolamento, atraso e pouco desenvolvido economicamente, mas também se percebe a necessidade urgente de modificar e de construir estradas.

Como já exposto no primeiro capítulo muitas rebeliões eclodiram durante o Período Regencial e o conceito do *sertão* vai ser mobilizado para mostrar a onde

⁸⁶ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/7474?pesq=sertão>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

estão ocorrendo os conflitos e a localização das tropas rebeldes, como nessas duas reportagens se referindo à Cabanagem na primeira e na segunda às outras rebeliões de maneira geral:

Interior.

Pará.

Artigo do officio.

Illm. E Exm. Sr. – Tenho de agradecer a V. Ex. os seus soccorros de toda a espécie; tenho também a satisfação de lhe mostrar que não tem sido mal empregado; porque enfim temos avançado alguma cousa na restauração dessa Província.

Há tempos que estava preparando os meios de poder prender Eduardo, ou pelo menos de fazer acabar algum ataque a que a sua audácia o arranjasse. Quando as cousas estavam dispostas, e que eu tinha envolvido pelo lado do *sertão*, mandei contra ele quanta força de mar e de terra pude dispensar, e esta medida produziu o effeito desejado. Eduardo e seus sequazes forão postos logo em debandada, e a final veio elle mesmo a cahir me nas mãos.

A prisão deste homem he huma vantagem real, porque se acabou para todos os rebeldes a sua única esperança e o seu sinal de reunião. (...).⁸⁷ (Conforme o original; Rasura minha.)

(ANDREA, Francisco José de Sousa Soares. Pará. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1837. P.1)

Na segunda:

(...) Agora Sr. Presidente, cumpre-me dizer alguma cousa acerca do discurso com que aqui se abriu a sessão deste anno.

⁸⁷ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/8571?pesq=sertão>. Acesso em 11 de janeiro de 2021.

Digo que senti-me muito consolado de ouvir o governo central dizer-nos que o espirito de ordem reinava em todas as províncias do Imperio, com exepção apenas dos nossos irmãos desorientados do Rio Grande do Sul. Eu tive a esperança, Sr. presidente de que, resolvendo-nos nós todos as nossas ideias, todos os nossos pensamentos, para chamar a ordem a provincia do Rio Grande do Sul, felizmente o conseguiríamos. Agora, porem, Sr. presidente, pelos factos, que vão apparecendo, vejo que esse espirito de ordem, que o governo attentava, que o governo via em todas as provincias, realmente não existia: porque do Maranhão, anda pela mão de todos o estado de combustão e de desordem que apresenta aquella provincia: da Bahia já disserão os nobres deputados quanto he bastante para provar que a provincia se agita, e se prepara para incommodar-nos: das outras provincias do norte ouço dizer quasi o mesmo: não há quasi nenhuma onde a ordem publica mais ou menos não corra algum perigo: a provincia de Santa Catharina está com seu *sertão* todo invadido pelos rebeldes. (...)⁸⁸

(MACHADO, Alvares. Câmara dos Deputados. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 8 de junho 1839. P.3)

Sem querer analisar as especificidades de cada rebelião gostaria de focar no contexto em que o conceito de *sertão* está inserido e os significados com que o mesmo está sendo mobilizado. Em ambas as reportagens o conceito aparece inserido no contexto das rebeliões, o que nos remete à ideia de desordem, insegurança, entre outras imagens negativas. Na primeira notícia o *sertão* se refere a localização de Eduardo⁸⁹, um dos líderes da Cabanagem, reforçando a ideia de que os rebeldes habitam o *sertão*. Em outras palavras, o conceito de *sertão* é representado como lugar da rebeldia e fora da ordem. Outro aspecto importante na fala do deputado é que ele tenta construir uma narrativa de empenho do governo central no combate às rebeliões e a tentativa de “salvar” o *sertão*. Já na segunda

⁸⁸ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/11339?pesq=sertão>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

⁸⁹ Eduardo Nogueira Angelim, um dos líderes da Cabanagem e foi o terceiro presidente da província do Pará quando os rebeldes invadiram Belém e assumiram o controle da capital.

aparece uma imagem mais pessimista e uma decepção em relação ao governo central, reforçando uma imagem não só negativa, mas também desesperançosa em relação ao sertão ser civilizado e inserido no tempo histórico linear do progresso. Esse contexto das rebeliões é um momento chave na representação e na visão sobre o conceito de *sertão*, porque é que nesse contexto que o *horizonte de expectativa*⁹⁰ se estreita com as rebeliões, ou seja, a esperança de conseguir civilizar o sertão diminui. Não à toa, a partir de 1837 se inicia o regresso conservador.

Diante de tantas notícias em que o conceito de sertão adquire sentidos pejorativos, essa imagem negativa era construída no imaginário social, como se percebe nessa notícia:

Interior.

A falta de notícias estáticas dos lugares pouco trilhados, sendo maior do que dos conhecidos, nos faz aproveitar do seguinte officio para darmos a conhecer que não são muitas as dificuldades que se encontram na comunicação da Provincia do Espirito Santos para a de Minas Geraes, assim como as riquezas daquelles bosques, que tornão a entrar nas esperançosas ideias de serem habitados: ellas não são insuperáveis, e talvez do conhecimento do rio anrífero vanhão especuladores que o vão lavrar. Esta pequena Província se for sufficientemente conhecida por seus productos, seu porto, e posição geográfica mostrará ainda às outras que a grandeza dos paizes não se mede só portuguezes.

Ill. e Exe. E Sr. – Tenho hontem recebido a ordem de S. Exe. para por escripto fazer hum esboço dos obstáculos mais notáveis da Estrada desta Provincia com a de Minas, e não me sendo possível no curto espaço alongar me com preambulo que enfeitem minha exposição vou a narrar em breve o que mais conveniente me parece á limpa da mesma estrada, e ao mesmo tempo mostrar os seus obstáculos. A estrada dessa Provincia até encontrar os limites de Minas tem distancia 31 a 32 leguas

⁹⁰ KOSELLECK, 2006.

princiando do extineto quartel de Borba onde hoje reside com fazenda, e desta Cidade ao dito quartel 7 legoas, pouco mais, ou menos, sendo esta distancia toda povoada, parte pelos Nacionaes, e parte pelo Ilheos na povoação de Vianna, onde ha Templo, e Viagarie ha hum rio chamado Taquari, onde para commodidade dos povos se construiu huma grande ponte, a qual por descuido, de todo se dannificou, e perdeo finalizando-se os limites desta Provincia na travessa do rio Guandu que desagua no rio Doce, onde tem o quartel da Villa de Principe: está porção de estrada com trinta trabalhadores se pode conseguir em tres mezes sua promplificação, a saber 10 empregados em roçar, 10 nos machados, e 10 nos serviços de enxada; porem jamais se pode fazer semelhante serviço desta Provincia, para a de Minas, tanto por falta de bestas para a condução dos mantimentos, como mesmo dos trabalhadores, os quaes cheios de um terror pânico, jamais querem entrar para o *sertão* (...).⁹¹ (Conforme o original; grifo meu.)

(**Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1833. P. 1.)

Gostaria de destacar três elementos importantes presentes nessa fonte. O primeiro é que a notícia está presente na primeira página do jornal; segundo novamente a necessidade de construção de estradas; e o último ponto é em relação ao medo dos trabalhadores de adentrar no *sertão*, ressaltando o pânico e o terror dos mesmos. Percebe-se com isso a construção negativa da imagem do *sertão* no imaginário social. Segundo Baczko⁹² os imaginários sociais são constituídos de um vasto campo simbólico construído por uma coletividade para representar sua identidade, crenças, normas, papéis, códigos e divisões sociais, ilustrando uma percepção de si, em relação ao outro “ e corresponde ainda a formar imagens do inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.”⁹³ Também expressam projeções futuras, anseios,

⁹¹ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/3754?pesq=sertão>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

⁹² BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi – Anthropos – Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. V.5.

⁹³ Idem. P. 309.

angústias, desejos, esperanças e sonhos, que essa coletividade constrói.⁹⁴ Nessa passagem percebemos que a imagem do *sertão* é construída no imaginário dos trabalhadores, mas também da sociedade. Nas palavras de Baczko;

O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais.⁹⁵

Passemos à análise de como o conceito de *sertão* foi mobilizado no jornal *O Sete D’Abril*;⁹⁶

Administração Judiciária.

Tendo-vos dado uma ideia de nossa segurança pública, fácil é prever qual será a Administração Judiciária de nossa província: uma deve sêr necessária consequencia da outra. Abolidas as antigas Autoridades Judiciárias para o estabelecimento de um novo systema, segundo o Código do Processo, mas não se achando preparado nem o pessoal e nem o material para se este pôr em pratica, não é exagerado dizer-se que de facto não temos Administração de Justiça em nossa província, mormente na parte interior d’ella. Sendo já bem defeituoso o Código, se não impraticável para os *sertões* de nossa província, onde falta quase todos os elementos para se verificarem suas disposições, forçoso é confessar que a divisão judiciaria que se fez na província agravou inteiramente os defeitos do Código nesta parte. Devendo-se antes lançar mão do recurso do art. 7 do Código, reunindo-se os Termos uns aos outros para se poderem têr as pessoas abastassem as muitas entidades judiciárias que estabelecerão o Código; ao contrário, criarão-se ainda mais nove Termos, além de vinte que já tínhamos, que, subdivididos em noventa e três Districtos de Paz

⁹⁴ SÁ, 2017.

⁹⁵ BACZKO, 1985. P.310

⁹⁶ Como já colocado o Jornal Sete D’Abril circulou pela cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1833 – 1839.

sobre seis Comarcas, além de um lugar de Juiz do Cível criado especialmente para a Capital, requer-se que tenhamos efectivamente empregados na Administração da Justiça perto de três mil pessoas, não contando os Advogados, Inspectores de Quarteirão e Oficiais de Justiça. (...). Acresce a falta de material para este colosso de Administração. Exigindo o Código que os criminosos, ainda os que merecem as maiores penas, sejam julgados na cabeça dos Termos, onde estão as cadêas para segura-los? Em a província temos apenas na Comarca da Cidade quatro más prisões; além dessas temos uma casa de prisão em Aracaty, outra no Icó, outra no Crato, e outra no Sobral; em todos os mais Termos nada, e em toda Comarca de Quixeramobina não há uma só prisão. Note-se agora as faltas cometidas pelas pessoas encarregadas da administração da Justiça. Os Juizes da Paz, uns temem formar a culpa e prender os delinquentes, e com razão, porque vários têm sido assassinados, como acontecêo ao do Poço da Pedra, Termo do Brejo Grande, e outro na Serra do Pereiro, que foi baleado e ficou aleijado, e ai também balarão a um Juiz Municipal; outros não sabem e nem podem proceder contra os criminosos, porque ignorão inteiramente o Código, e habitando lugares quasi êrmos, onde ás vezes não têm quem seja Escrivão, também não achão quem execute seus mandados, e menos quem os aconselhe; outros porêm são coniventes nos crimes, e procurão lucrar no emprego, recebendo peitas dos criminosos, e isto se tem tornado muito frequente. Os Jurados, essa instituição garantidora da segurança dos cidadãos, não têm de certo produzidos em nossa província os saudáveis efeitos que deles se devião esperar; ao contrário, eles se vão constituindo o mais firme sustentáculo da impunidade; levados quasi sempre de uma espécie de indiferentismo ao crime, eles se têm deixado arrastar por uma bonhomia mal entendida, absolvendo quasi sempre os cimosos ainda dos mais horrorosos crimes. Em S. Bernardo e Sobral especialmente, os Jurados levantarão um padrão eterno á impunidade, dando o terrível exemplo de absolverem todos os criminosos cujos processos se lhes apresentarão; (...). Para mais transtornos na administração da Justiça, faltão-nos os Juizes de

Direito Letrados que encaminhem os Juizes de Paz e Jurados. (...). Nas outras quatro Comarcas, em duas nunca os Juizes, posto que nomeados, vierão tomar posse, e nas outras duas, que são da Cidade e de Quexeramobim, apenas os seus Juizes residirão nelas por espaço de dois mezes; e devendo falar vos com franqueza, o desta ultima Comarca, no pouco tempo que nela esteve, causou males irreparáveis pelas *doutrinas anárquicas que pregou*, e opposição que fez as ordens do Governo dirigidas contra assassinos prepotentes, taxando-as de ilegales e insinuando contra elas o direito de resistência. Eu deixo ao vosso prudente discernimento avaliar o quanto será perigosa a doutrina da resistência pregada pelo proprio Magistrado do lugar a um povo ignorante, que mal pode conhecer a legalidade ou a ilegalidade de uma ordem e isto nas circunstâncias em que achamos, e especialmente no *sertão* dos Inhamuns, que o mesmo Magistrados em seus Ofícios reconhece estar presentemente aterrado pela prepotência dos assassinos a quem só fazião barreira a ordens da primeira Autoridade da província, que agora perderão muito do seu prestígio e da sua força moral pela doutrina pregada por aquele Magistrado: se ele voltar ao lugar, indispensável se fará proceder contra ele; e ate vós, Srs., talvez vos vejaes em necessidade de lançar mão da faculdade que vos concede o 7 do art. 14 da lei de 12 de agosto de 1834. (...).⁹⁷ (Conforme o original; Rasura minha.)

(**O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1835. P. 1 -2.)

O autor descreve os *sertões* como anarquia, região sem leis, autoridades, com predomínio de crimes e assassinatos, além disso a sua população também é descrita como ignorantes. O conceito de *sertão* adquire novamente significados pejorativos como o lugar de perigos constantes, assemelhando-se a como muitas vezes ele foi descrito no *Jornal do Comercio*. O autor também aborda que o que falta nos *sertões*

⁹⁷ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/709476/1126?pesq=sertão>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

são juízes mais capacitados e autoridades judiciais. Por fim o depoimento ocupa um lugar de destaque dentro do Jornal na primeira e segunda página.

As rebeliões também ganharam espaço nas páginas do Jornal, especialmente a Cabanagem assim como no *Jornal do Comercio*;

Notícias do Pará

Pelo paquete ultimamente chegado do Pará, recebemos notícias dessa infeliz província. O *sertão* apresenta novos motivos de sustos e consternação: hordas de assassinos vagão por todo o interior, e com estes malvados marcha a devastação e a morte. No mez de Junho, foi assaltada uma canoa de gente da Legalidade acima dos Breves: onze pessoas forão victimas da sua ferocidade; e não contentes os canibae de haverem roubado a vida a estes inflizes, multilarão os seus cadáveres e lhes arrancaram as partes mais sensíveis do corpo, ao som de improperios !!! Por felicidade dos Povos do interior, existe ali um homem dominado pelo sentimento de bem servir o seu Paiz: é este Padre Antonio Sanches de Brito, que, tendo noticia do bárbaro acontecimento, ánima os seus concidadãos para a peleja e veloz corre em seguida dos malfeitores. Já se havia recebido na Capital a nova de que estes achavão cercados, e nós podemos avançar aos nossos leitores que eles não escaparão ao valoroso cidadão que com tanta honra e bravura tem sustentado os direitos da humanidade. É de notar que, enquanto os Povos do *sertão*, entregues a si mesmos, sofrião todos os males que produz uma guerra de extermínio, o Presidente da província se entregava a todos os prazeres e sem pejo negava socorro a parte mais interessante da província. Felizmente o motivo de semelhante comportamento está removido !! O barco do Sr. Andréa foi lançado ao mar !! e a expedição já vai deslizando as ondas do rio maior do Universo !!⁹⁸ (Conforme o original, Rasura minha.)

⁹⁸ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/709476/2082?pesq=sertão>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

(O Sete D’Abril, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1837. P.3)

Nessa notícia que aborda a situação da província do Pará no contexto da Cabanagem, o conceito de sertão é mobilizado como lugar de perigo, que abriga assassinos, com constantes ataques de selvagens, e também como a região de desordem e falta de autoridade. O autor destaca que os habitantes do sertão se encontram abandonados. Em uma outra matéria também sobre a Cabanagem, que mostra uma outra perspectiva acerca do acontecimento, o conceito do sertão também é mobilizado:⁹⁹

Artigo de officio

Illm. Sr. – Depois da minha última que tive a honra de dirigir a V. S, datada de Maçanary, nada mais tem ocorrido. O batelão bararuaense partio com 100 praças para o rio Luzéa a observar o inimigo e ver se ainda pretende mexer-se, ou ultimamente se, já satisfeito da coça do dia 24 passado, elle quer pacificar-se; e mesmo cumpre fazer respeitar o Governo e unir os desenganados para com elles mesmos formar a força defensiva de Luzéa.

Incluso remetto a V. S. o meu copiador, pelo qual V. S. verá o estado a que me tenho visto reduzido, e mesmo para que V.S. conheça que tenho esgotado todos os meios de moderação. Eu serei eterno accusador do Governo pelo sangue que tem derramado, e queira Deos eu profetise mal; queira Deos que não venha o tempo em que os Povos tornem a se dilacerar! Há três annos quasi que está Comarca está entregue a si mesma: que prestações tem feito o Governo?... Petra gastou 14000 cartuxos só na tomada de Santarêm; e a mim, para tranquilisar uma Comarca inteira , se me derão 9000, existindo uma única villa legal!... E que serviços tem prestados a força do Governo?... Provar que elle é fraco e que impunemente os Povos se podem degolar uns aos outros, e fazer-lhes conhecer recursos perigosos pela ignorância da classe indiana. Estas razões até aqui me não

⁹⁹ A matéria apesar de estar na coluna sobre notícias de Pernambuco e ter sido retirada do Diário de Pernambuco, refere-se a Cabanagem no Pará.

tem atropellado; porém hoje, que tenho pedido tranquilisar esta parte e que as reuniões malvadas estão batidas, me é licito censurar e acusar o desleixo a fraqueza do Governo.

Se V.S. se dignar a lêr com atenção mesmo copiador, verá que, para fazer decair essa louca presumpção dos malvados – de que as forças do Governo erão um méro partido contra elles alevantado -, me tem sido preciso idear leis, que só existem aqui por boatos e por copias particulares em manuscrito que nenhuma influencia fazem sobre os revoltosos. Se S. Exc. tivesse proclamado, S. Exc. mandado exemplares da acta de sua posse e da lei da suspensão das garantias, ja não havião cabanos no *sertão*, o porque estou caçado de lhes dizer que a Presidência está occupada pelo Exm. Sr. Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa, que não ha amnistia, que a Constituição está para elles suspensa; elles sempre me respondem que estão promptos a entrar na obediencia, uma vez que se lhes apresente a lei (e como fazê-lo ? ... Elles não acreditão em contos, pois melhores contos contão elles, com que trazem tudo illudido,) da qual eu nem ao menos tenho copia , tanto que não sei da data, porque a copia da lei da suspensão das garantias que V. S. me tinha dado, eu, querendo antecipar a noticia, a enviei em um correio que os malvados degolarão, e queimarão os papeis. (...).¹⁰⁰ (Conforme o original; grifo meu).

(AYERES, Ambrozio Pedro. Artigo de Ofício. **O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1837.)

Nessa matéria o autor relata a situação da província do Pará no contexto da Cabanagem. O conceito do *sertão* é mobilizado para descrever o local onde os rebeldes estão localizados. A reportagem continua nessa mesma linha de crítica ao governo. Nela o conceito de *sertão* é representado como a região onde estão ocorrendo os conflitos e é descrito, novamente, como lugar da desordem, anarquia,

¹⁰⁰ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/709476/2094?pesq=sertão>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

falta de leis e autoridade. No entanto, diferentemente de como é descrito no *Jornal do Comercio*, o autor culpa o governo. Para ele o governo tem agido de forma negligente com a situação, abandoando o povo da região. Ele acrescenta que a população se encontra agindo assim porque não lhe foram apresentadas as leis, mas estão aptos a obedecer se apresentarem uma constituição. Isso não significa que o autor aprove a rebelião, só que a culpa não é da própria população, mas sim da forma com que o governo largou a região à própria sorte.

A cabanagem não foi a única rebelião a ser abordada no jornal, a situação do Rio Grande do Sul também é descrita nas páginas. Em uma matéria o autor se manifesta de maneira contrária, em resposta a um manifesto publicado pelos rebeldes:

Piratinim e o seu manifesto

Acaba nesta Côrte ser publicado o extensíssimo Manifesto da intitulada Republica do Rio Grande a todas as Nações do Mundo civilizado. Quanto a nós, esse facto de maneira nenhuma veio complicar os negócios do Imperio e nem por obstáculo as Causa da Legalidade. Todos esperavam que, mais cedo ou mais tarde fosse publicada a lista desses agravos implacáveis contra os quaes não pôde ter-se a legalidade heroica dos Bentos e seus famigerados caudilhos.

A conspiração Militar que rebentou no Rio Grande e fez com que os soldados do Imperio empunhassem as armas contra as bandeiras que juraram defender, veio-se na necessidade de legitimar seus excessos perante a máxima parte do seu Paiz que odêa os furores da rebeldia. Em falta desses agravos profundos, implacáveis, que lançam a discórdia entre o Povo de irmãos e os fazem estalar com estampido horrísono os laços que os prendiam, o redactor do Manifesto lança mão de accusações banaes, de injustiças simuladas, cujo o remédio se encontra, não na revolta, mas no exercício pacifico das garantias do Systema Representativo, para formar essa declaração de direitos inçada de erros gravíssimos em todos os ramos das Sciencias Sociaes.

Não nos cançaremos de nós refutá-la. Diferentes folhas dessa Capital já o tem feito, e por isso dirigiremos nossas reflexões tão somente ao todo da doutrina. Enquanto todas as Nações do Mundo procuram avançar na carreira da Civilização, a supposta República de Piratinim julga a suprema felicidade das Nações é o regresso da liberdade primitiva! Extranha ilusão ! erro gravíssimo ! A liberdade primitiva é uma chimera só concebida pelos architectos de utopias; aquelle que, em um Manifesto do Mundo civilizado, entende, no meio do século 19, que a liberdade é o desideratum das sociedades humanas, ou deseja ao Paiz que tem de governar a sorte das hordas barbaras do *sertão*, ou não sabe o quer, ou não entende o que escrevo. (...).¹⁰¹ (Conforme o original; grifo meu.)

(Chronista. Piratinim e o seu manifesto. **O Sete D’Abril**, 22 de outubro de 1838. P.4.)

A matéria faz críticas aos ideários da Revolução Farroupilha. Critica a liberdade primitiva, relacionando-a com o projeto de república formulado pelos farrapos, os ideários republicanos eram sinônimo da anarquia. A liberdade primitiva já era bastante debatida na Europa pelos teóricos do iluminismo, entre eles podemos citar Rousseau.¹⁰² Tais autores refletiam acerca da questão da melhor forma de liberdade atrelada a melhor forma de governo. O interessante é que o projeto de república elaborado no Rio Grande do Sul durante a revolução, pouco se diferenciava da Constituição do Império e em muitos aspectos se assemelha com o voto censitário e a manutenção da escravidão.¹⁰³ Assim o conceito de *sertão* é representado como o lugar de rebeldia e de ideias perigosas, além de associar o conceito do sertão com o conceito de barbárie, no caso os “bárbaras do sertão”.

Até agora o conceito de *sertão* foi mobilizado de forma negativa adquirindo significados pejorativos. Analisando as fontes me deparei com uma série de

¹⁰¹ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/709476/2651?pesq=sertão>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

¹⁰² ROUSSEAU, 1978.

¹⁰³ PESAVENTO, Sandra Jatahy; 2011.

depoimentos e correspondências de pessoas que criticavam a fala do “ deputado Marinho”¹⁰⁴ que teria chamado o povo do sertão de massa bruta.¹⁰⁵ O interessante é que tais fontes vão mobilizar o conceito de sertão de forma menos pejorativa, trazendo uma nova perspectiva sobre o conceito.

Provincia de Minas Geraes

O Sr. Marinho desmentido pelos seus collegas.

- O Governo quer lançar-nos fora desta Casa e por escarneo pede dinheiro para compra de outra. – Não há tal, diz o Sr. José Pedro Carvalho: eu é que propuz com que a sobra da consignação para a Secretaria do Governo se apromptasse uma casa decente. O Governo, portanto, só fez o que a lei ordena.

- Estamos coactos, porque estamos cercados de tropas – Não ha tal, dizem todos os Ouro. Pretanos porque nós observamos diariamente a audácia e protervia com que injusta e facciosamente se ataca o Governo, e quem está coacto não é atrevido e insultante.

A certeza da impunidade é que dá valor ao cobarde.

I. O governo manda premiar as patrulhas por atirarem sobre cidadãos e manda insultar Deputados.

V. A gente do Governo tem o desaforo de tratar de massa bruta e selvagem os nossos patrícios do *sertão* (que alias votarão a favor do Governo).*

Faltais impudentemente á verdade, ó chefe de anarquistas ! Nós vos desafiamos a que proveis todas estas infames asserções perante o mundo inteiro. Provai os factos ou confessai que mentis e calumniais, contando com a irresponsabilidade.

Provai os factos ou sereis tido por um miserável e desprezível calumniador.

¹⁰⁴ Acredito que esteja se referindo ao Padre José Antonio Marinho. Nascido em Minas Gerais, foi professor de Filosofia da Universidade de Ouro Preto. Filiou-se em 1837 ao Partido Liberal e eleito como suplente para Deputado em Minas em 1838. Mais informações disponível em: < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/joseamariinho.html> >. Acesso em 11 de março de 2021.

¹⁰⁵ Tal depoimento não consegui encontrar nos jornais.

(*) Dizendo-se, em presença do Sr. Marinho, que o Exm. Ministro seria reeleito, elle respondêo : - Sim, porque assim o quer a massa bruta do *sertão*. – Sabe se que o Sr. Marinho não é estimado na terra que nascêo.¹⁰⁶ (Conforme o original; grifo meu).

(Província de Minas Geares . **O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1838. P. 1-2.)

Nesse depoimento o autor faz uma série de críticas ao governo, entre elas; negligência, corrupção e o que mais interessa, a forma que o governo, o deputado Marinho, se refere a população do *sertão*. O contexto da fala parece ser referente aos votos que ele recebeu da população que habita o *sertão* e acaba se referindo a esses habitantes de forma pejorativa, “ massa bruta do sertão”. No jornal o depoimento ocupou um lugar de destaque localizado nas páginas 1 e 2, o que ilustra a importância que o mesmo deu para tal fala.

Em uma correspondência:

Correspondencia

Sr. Redactor. Achando-me nas galerias do Sr. Marinho avançou que a gente do Governo achava o Povo do *Sertão* massa bruta, perguntei a mim mesmo como é que, sendo o Povo do Sertão amigo do Governo, a ponto de votar quasi unanimemente no Exm. Ministro da Justiça, é agora insultando pela gente do Governo com o epitheto de massa bruta?! ... Isto não pode ser.

Estou persuadido que aquelle que é filho do *Sertão* e que lá só teve um, um só voto para Deputado, apesar da grande cabala do Governo de então a seu favor; aquelle sujeito que, por ser bem conhecido, perdêo a Commissão de que foi encarregado em 1832, e que só dêo em resultado uma manda de éguas, esse, sim, esse é que me parece que mais de uma vez tem insultado os bons *sertanejos* com o nome afrontoso de massa bruta e selvagem. Esse Povo, pois, que não pode jamais ser illudido pelo Sr. Marinho, ouvirá impassível a intriga que a proposito das eleições

¹⁰⁶ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/709476/2321?pesq=sertão>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

se urdio, e nem dará crédito ao zêlo encomendado que agora se mostra pelo seu bem ser, projectando-se estradas e pedindo de Barbacena para também tocar alguma coisa ao pobre *Sertão*!

Não, Sr. Redactor, o tempo enganar os homens já passou: o Sr. Marinho deve dirigir a sua arma favorita para a banda do Sul, onde o facto do Suplemento ao “Astro de Minas” mandado por pessoa bem conhecida, assaz nos convence de que o Sr. Marinho vale alguma, mas no *Sertão*, apesar de ser de ser massa bruta, tem-se bastante capacidade para conhecer o caracter do Sr. Marinho. Ah! Se elle soubesse que o Sr. Queiroga seria como elle desprezado no Norte, talvez não renunciasse a candidatura de 1838 ! ...

Um *sertanejo*.¹⁰⁷ (Conforme o original; grifo meu.)

(Sertanejo. **O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1838)

Nessa correspondência o autor critica o deputado Marinho pela tentativa de enganar o povo do *sertão*, argumentando que os mesmos não são tolos. Ao mesmo tempo ele admite as necessidades e carências dos sertanejos, admitindo serem “massa bruta. Algumas questões me parecem fundamentais e permitirão complexificar mais a fonte: por exemplo, por que o autor se identifica como “um sertanejo”? Ao tentar pesquisar outros textos do autor encontrei alguns datados de um período anterior desse delimitado na pesquisa, além de outros que comentam as ideias do mesmo. Segundo o autor, este se refere ao *sertão* como uma unidade própria, “Povo do Sertão”, sempre com letra maiúscula, num contexto em que se tentava criar uma unidade nacional e nacionalidade.

Em outro depoimento:

INTERIOR

PROVINCIA DE MINAS GERAES

Resposta á Carta escrita pelo Ver. Padre José Antonio Marinho, em 18 de Março de 1838, ao Capitão Francisco de Paula de Proença.

Illm. e Revm. Sr. – Tenho presente a sua de 18 de Março p. p., para responder á qual terei de ser um pouco longo extenso

¹⁰⁷ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/709476/2358?pesq=sertão>>. Acesso em 11 de março de 2021.

e bastante franco, visto que a pezar de me pertencer ás massas brutas, que na opinião de V. Revm. habitão estes *sertões*, me julgo obrigado a não dissimular quando se trata de matérias tão transcendente, como as que tenho de tocar. Diz V. Revm. que o resultado da Eleição de 11 de Fevereiro d'este anno n'este Collegio o surpreendera, e podia acrescentar que as de todos os Collegio d'estes sertões; que está por isso de que por estes *sertões* se tem espalhado bastantes illusões: é verdade, bastantes se espalharão em 1829, 30, 31 e 32, e ainda se pretende continuar, mas amargos fructos, que as espalhadas n'aquellas épocas produzirão, desenganarão as massas brutas, que apezar de taes, tem bastante senso commum para distinguirem o bem do mal e a verdade da mentira; e de certo não há mestre maior que a experiencia. A boa fé, meu Ver pode ser illudida; mas uma vez conhecido o engano não é fácil continuar-se n'elle. Diz o Sr. que não pode fazer uma pintura exacta do actual estado do Brasil: sei que é deplorável, e que já o foi mais, e ainda poderá ser peor, se aquelles que enganarão os Povos antes, conseguirem continuar a engana-los: depois censola-me estar certo, que as massas brutas d'estes Paiz não serão enganadas, nem concorrerão d'esta vez, e talvez nunca mais, para a desgraça da Patria. Qual o partido anti-liberal, em que V. Revm. falla? Será aquelle que imitando os Patriarcas da Revolução Franceza tem pretendido conduzir o Brasil, passo a passo, pelos mesmos tortuosos caminhos, que levarão aquella Monarquia á devastação e desgraças que experimentou e de que ainda se ressenete? Se é esse, saiba que o havemos, muito a nosso pezar, conhecido, e se quizer saber quem foi nosso mestre, responder-lhe-hei que foi Droz, a combinação de factos com factos, e as contradições continuas das obras e escritos d'partido, que V. Revm. inculca liberal; e finalmente a experiencia pelos effeitos.

(...) E o que as massas brutas ignorão; e por isso não acreditão taes escritores. Ver. Sr. Marinho, os máos advogados perdem as boas cauzas; e se ellas forem más, o que lhes succederá? Diga-nos, porque se sustentou no Posto, a que a Nação, ou antes a cabala elevou, o Exm. Sr. Feijó? Porque razão

abdicou? *As massas brutas são brutas, mas não tanto*, que não conheção, que o Exm. Sr. Feijó só merece as benções da Posteridade pelo seu ultimo acto. Elle dêo uma prova, de que era, ou é um homem de boa fé! por que vendo que não possuía a sciencia e mais partes, que o habilitassem a fazer a felicidade do Brasil, e conhecendo que os homens de que se rodeou não quiriam não sabião não podião salvar e fazer o bem da Patria, sim o mal; conhecendo que a maioria sensata dos Brasileiros não estava de acordo a querer republicas, deixou o Posto; e tanto elle conhecêo a posição falsa, a que havião arrojado, que não foi buscar para lhe succeder no Posto interinamente, um d'esses homens, que ladeavão, mas sim o Exm. Sr. Pedro Araújo Lima varão probo, sábio, independente e insento de partidos, por isso que V. Revm. e seus consócios o pertendem agora deprimir, porem creio, e crê a maioria dos brasileira, que em vão; porque homem a quem nunca se poderão assacar defeitos salientes, difficil é que em tão pouco tempo os desenvolvesse.

O *sertão* não teme as calamidades, com que V. Revm. o ameaça por se haver ligado ao partido do ingrato Vasconcellos (como V. Revm. o chama); o *sertão* se liga á sustentação da Constituição, do Trono e da Religião; e dai não espera, nem teme calamidades, pelo contrario já as experimentou; e se por se ligar ao partido do Trono, Religião e Constituição, soffrer calamidades, venhão muito embora, que os honrados *sertanejos* tem coragem para sofre-las e também para repeli-las quando sejam illegaes. É Vasconcellos ingrato? A Quem? Por que razão? Retrocedor de mau caminho, apartar-se de homens que arrojavão o Brasil ao abismo é ser ingrato? Bendita tal ingratidão; ella lhe rendêo os sufrágios de tudo quanto há de melhor, e verdadeiramente mais conspícuo na Provincia, e as benções de todos os bons Brasileiros; igual fructo colherão todos os desencaminhados, que sinceramente o imitamem.(...)¹⁰⁸
(Conforme o original; grifo meu.)

¹⁰⁸ Disponível em:

< <http://memoria.bn.br/docreader/709476/2492?pesq=sertão>>. Acesso em 14 de março de 2021.

(Francisco de Paula Pereira de Proença¹⁰⁹. Provincia de Minas Geraes, **O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1838. P.1-2).

Esse depoimento faz uma série de críticas a partir da colocação do deputado Marinho, mas também faz críticas ao governo regencial, referente à desordem, anarquia e falta de autoridade. Desde 1837 iniciou-se o que chamamos de *Regresso Conservador*, que como já mencionado no primeiro capítulo, é o momento em que os regressistas retornam ao poder. Esse grupo heterogêneo, formados em sua maioria pelos Caramurus, mas também pela ala dos liberais, entendia que o império se encontrava sem autoridade e o poder não estava mais centralizado, isso explicava as diferentes rebeliões que eclodiram. Nesse depoimento Francisco de Paula menciona as diversas rebeliões responsabilizando o governo pela forma como lidou com os acontecimentos. Ele menciona que o governo mandou poucos recrutas e ruins, além de serem mal remunerados para combater os rebeldes no Rio Grande do Sul. Na rebelião da Bahia deixa entender que o movimento inicial foi realizado por um pequeno grupo e fácil de serem impedidos. No geral ele responsabiliza o governo pela falta de autoridade no combate às rebeliões. Diferentemente de como as rebeliões tinham sido abordadas nas outras fontes, mostrando uma narrativa na qual o governo aparece agindo de forma firme, mobilizando um grande número de homens para o combate e tais atos de rebeldia tiveram início nos sertões.

Nesse depoimento o *sertão* é representado como uma região inserida na ordem do império, isto significa,

(...) O sertão se liga á sustentação da Constituição, do Trono e da Religião; e dai não espera, nem teme calamidades, pelo contrario já as experimentou; e se por se ligar ao partido do Trono, Religião e Constituição, soffrer calamidades, venhão muito embora, que os honrados sertanejos tem coragem para sofre-las e também para repeli-las quando sejam illegaes. (...).¹¹⁰

Em nenhum momento o conceito de *sertão* é mobilizado na parte em que as rebeliões são mencionadas. A minha hipótese para Francisco de Paula ter inserido o conceito de *sertão* dentro da ordem império, e não como uma região atrasada

¹⁰⁹ Não conseguir localizar esse personagem histórico. Pelo posicionamento se assemelha com os ideários defendido pelos regressistas.

¹¹⁰ Idem.

dentro de uma concepção do tempo histórico linear do progresso¹¹¹, é a necessidade de não distanciar o Brasil das nações civilizadas e diante de um cenário de desordem era preciso responsabilizar os liberais que conduziam o projeto político, isso não significa que o *sertão* esteja no mesmo patamar de civilização do restante das províncias do império, mas que o atraso se deve à administração do governo. O próprio autor estabelece uma diferença entre os brasileiros e a população do *sertão* se referindo a eles como sertanejos e não como brasileiros e, como no depoimento anterior, ele não nega que os sertanejos sejam massas brutas:

(...) desenganarão as massas brutas, que apesar de taes, tem bastante senso commum para distinguirem o bem do mal e a verdade da mentira; e de certo não há mestre maior que a experiencia. (...).¹¹²

Em outra referência ao depoimento do deputado Marinho:

(...). O ‘Astro de Minas’, que em outros tempos importantes serviços prestados á Causa da Pátria, está hoje reduzido a receptáculo das immundicias do *macaco negro*. Seu Redactor, ou quem por tal se ostenta, é muito conhecido Padre Marinho, que quer fazer do *Sertão* uma Provincia separada da Communhão Brasileira. Esta folha impressa em calhamaço, e com typos tão safados, que sem adivinhar não se podem ler, vai se arrastando uma existência mesquinha, por isso que em grande parte da Provincia já não se lembram do os Mineiros de que se houve outrora um ‘Astro’, que corajosa e habilmente defendêo a Liberdade e Independencia do Brasil. O filho muito se parece com o Pai, ambos mirrados e fuscões, ambos safados e prematuramente velhos. (...).¹¹³ (Conforme o original, grifo meu)

(Provincia de Minas, **O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1838. P. 3.)

¹¹¹ KOSELLECK, 2006.

¹¹² Idem.

¹¹³ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/709476/2714?pesq=sertão>>. Acesso em 17 de março de 2021.

O interessante é que segundo o jornal, o deputado Marinho tinha a ideia de fazer do sertão, de Minas Gerais, uma província própria. Isso significa que segundo o seu pensamento o sertão é por sua natureza a região da barbárie e desordem, estaria atrasado na escala do progresso em direção à civilização, em comparação com as outras províncias e nesse sentido a necessidade da separação. Sendo essas as características próprias do sertão e dos seus habitantes, o governo regencial não seria responsável pela sua condição de atraso, mas para os regressistas, como formulei anteriormente, o *sertão* se encontra na desordem e atraso, pela falta de autoridade, e essa não seria a condição natural do *sertão*.

Conclusão

Traçando uma comparação entre o *Jornal do Comercio* e *O Sete D'Abril*, percebemos algumas semelhanças e diferenças na forma com que o conceito de sertão é mobilizado, e que ao longo do Período Regencial os mesmos vão modificar a sua concepção do sertão. No primeiro momento nos anos de 1830 a 1834 identifiquei no *Jornal do Comercio*, apesar de o conceito do sertão ser mobilizado de forma negativa, como lugar de constante perigo, da desordem política, atrasado

economicamente, lugar de ideias perigosas, entre outros significados, uma expectativa e uma mobilização pelos membros do governo regencial de civilizar o sertão. Essa expectativa e mobilização é perceptível nas duas primeiras fontes que eu analiso do *Jornal do Comercio*.

Após o Ato Adicional e o início das rebeliões essa expectativa diminui, o que é perceptível nas falas dos deputados e nos relatos acerca das rebeliões. O conceito do sertão é mobilizado nesse contexto e se referindo ao local que se situavam as tropas rebeldes, como anarquia e desordem. A construção do discurso sobre as rebeliões varia nos relatos, alguns deputados tentam ressaltar o empenho do governo no combate das rebeliões e outros responsabilizando o governo central. Nesse sentido o *Jornal do Comercio* não se limitou a mobilizar o conceito do sertão relacionando-o com assuntos econômicos, como a necessidade das construções das estradas, mas também em relações a assuntos políticos, como no projeto de lei para a mudança de capital para o sertão, ou para falar sobre as rebeliões.

No jornal *O Sete D'Abril* a forma como o conceito de *sertão* foi mobilizado em comparação ao *Jornal do Comercio* não variou muito e os significados a ele atribuídos foram semelhantes. A única diferença foi em relação aos anos finais em relação à série de reportagens que partem do depoimento do deputado Marinho ao se referir aos sertanejos de “*massas brutas*.” A partir dessa fala aparecem uma série de depoimentos afirmando que os sertanejos não são ignorantes e que existe ordem no sertão que está a favor do Império do Brasil. Percebemos uma diferença no sentido atribuído ao conceito que é mobilizado de forma mais positiva, mas ao mesmo tempo, tais depoimentos não negam a colocação do Marinho sobre as massas brutas do sertão e estabelecem uma diferença entre os sertões¹¹⁴ e as outras províncias do Império do Brasil.

Para além da contradição a minha hipótese é que o *sertão* é um espaço de disputas políticas. Nesse contexto em que vários projetos para a construção do império estavam em disputa, o sertão adquire uma centralidade porque era necessário civilizá-lo. Com as rebeliões a expectativa do governo de conseguir

¹¹⁴ Utilizo sertões por que ao longo desse período o sertão não se restringiu a uma região específica, mas foi mobilizado para se referir a diferentes partes do império.

civilizar diminui, usando os termos de Koselleck, há uma *diminuição do horizonte de expectativa*¹¹⁵. Diante desse cenário de desordem política o governo tenta construir uma imagem dos esforços mobilizados para combater os rebeldes e providenciar ordem nos *sertões*. Já os regressistas não poderiam admitir a impossibilidade de civilizar os *sertões*, como se a desordem fosse algo da natureza do sertão, mas ao mesmo tempo eles não poderiam igualar os *sertões* às outras províncias já inseridas no modelo temporal do progresso. Assim, há uma construção do discurso, perceptível na repercussão do depoimento do Marinho, que o sertão está inserido na ordem do Império, isto é, “(...) o sertão se liga à sustentação da Constituição, do Trono e da Religião; e daí não espera, nem teme calamidades, pelo contrário já as experimentou (...)”¹¹⁶ e culpabiliza o governo pela desordem que se encontra nos sertões. Assim parte dos regressistas não o coloca como um local incivilizável, mas ao mesmo tempo, não o iguala às outras províncias do Império. Essas disputas e as expectativas atribuídas ao *sertão*, vão corresponder à forma como é representado aos significados atribuídos a ele.¹¹⁷ É importante destacar que nem todos regressistas vão ter essa mesma visão sobre o sertão, muitos vão ter uma concepção muito negativa em relação ao mesmo, como por exemplo o Visconde do Uruguai.

Nesse sentido o conceito de *sertão*, inserido nesse processo de construção do Império do Brasil é, segundo Noronha;

(...) “temporalizado”, referido a múltiplas temporalidades e não somente ao espaço. O sertão como o lugar da representação de uma tensão permanente, de conflitos, ante um processo de profundas mudanças pelas quais passaram os nascentes Estados nacionais americanos ao longo do século XIX.

118

¹¹⁵ KOSELLECK, 2006.

¹¹⁶ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/709476/2714?pesq=sertão>>. Acesso em 24 de março de 2021.

¹¹⁷ Não pretendo restringir o pensamento de todos os regressistas a esse posicionamento. Utilizo essa hipótese para tentar compreender o posicionamento do Francisco de Paula Pereira de Proença e dos outros que se posicionaram acerca do comentário do Marinho.

¹¹⁸ NORONHA, 2017. P. 306.

Isso significa que ao mesmo que o *sertão* era visto como o lugar do atraso, havia a expectativa de incorporá-lo a essa concepção temporal do século XIX, de um tempo histórico linear do progresso, ou seja, apesar desse atraso temporal em relação às outras províncias, os construtores do Império buscavam civilizá-lo.

Para a consolidação desses projetos políticos o sertão não se restringe apenas ao espaço geográfico, muitas vezes incertos e indefinidos, e será construído de maneira ampla no imaginário da população. No sentido que os significados que abrange o conceito ultrapassam os espaços geográficos, adquirindo as dimensões desses projetos e ideários em construção, como sugere Noronha ao escrever que a imagem do *sertão* está muito presente no imaginário social brasileiro, não se restringindo apenas a esse período, mas até os dias atuais.

Na notícia analisada do *Jornal do Comercio*:

(...) porem jamais se pode fazer semelhante serviço desta Provincia, para a de Minas, tanto por falta de bestas para a condução dos mantimentos, como mesmo dos trabalhadores, os quaes cheios de um terror pânico, jamais querem entrar para o sertão.¹¹⁹

(**Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1833. P. 1.)

o *sertão* também pode ser compreendido como um espaço de resistência para aqueles que recusavam ser civilizados ou não concordavam com o projeto político para a construção do Império do Brasil. Percebemos assim a centralidade do *sertão* na construção da identidade do Império do Brasil, identidade que se espelhava nas nações civilizadas europeias e o sertão implementava o desafio de ser inserido nesse modelo. Em outras palavras o *sertão* era o espaço que desafiava a ordem e o progresso do império e nesse sentido a necessidade de civilizá-lo.

¹¹⁹ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/364568_02/3754?pesq=sertão>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

Fontes:

Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, 1830 – 1840.

Sete D’Abril, Rio de Janeiro, 1833 – 1840.

Anais do senado: Assembleia Constituinte do Império. 1823. Disponível em:

<[Annaes do Parlamento Brasileiro - Assembleia Constituinte do Império do Brazil - 1823 - Tomo I \(senado.leg.br\)](http://annaes.do.parlamento.brasileiro.gov.br/Assembleia-Constituinte-do-Imp%C3%A9rio-do-Brazil-1823-Tomo-I-senado.leg.br)>. Acesso em 27 de março de 2021.

Bibliografia:

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1955.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi – Anthropos – Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. V.5.

BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. In: BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

BASILE, Maecello. O labirinto da nação: a era regencial (1831-1840). In : GRIBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial: Volume II – 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Cap. II, p. 53-120.

BRASIL, Bruno. **O Sete D’Abril**. Disponível em:

< <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-sete-dabril/>>. Acesso em 31 de dezembro de 2020.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

CUNHA, Euclides. **Os sertões: campanha de Canudos**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2019.

DARNTON, Robert. **Poesia e Polícia: Redes de comunicação na Paris do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). **A construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. CARVALHO, José Murilo. (Org.). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COUTO, Mia. Encontros e encantos – Guimarães Rosas. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano: e outras intervenções**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

ELIAS, Norbet. **A sociedade de corte**: Investigação sobre a sociologia da realeza e aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOLDGEL, Víctor. **Cuando lo nuevo conquistó América**: Prensa, moda y literatura en siglo XIX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: Ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2019.

HOLONDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Mattos, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. Brasília: INL, 1987.

_____ ; ALBURQUERQUE, Luis Affonso Seigneur. **Independência ou morte**: A emancipação política do Brasil. São Paulo, Atual, 1991.

_____ ; GONÇALVES, Marcia de Almeida. **O império da boa sociedade**: A consolidação do Estado imperial. São Paulo, Atual, 1991.

MOLINA, Matías. **História dos Jornais no Brasil**: Da era colonial à Regência. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marcos; BARROS, Mariana. **Palavra, Imagem e Poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

_____ . **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820 – 1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

_____ . Palavras além das letras: Apontamentos sobre a imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, n° 1, p. 63-80, jun 2010.

_____. A imprensa periódica no século XIX. Disponível em:

<<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>> . Acesso em 27 de maio de 2020.

NÓBREGAS, Manuel. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial: Volume II 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Cap. 5, p. 233- 268.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flavio. (Org.). **Dicionário da escravidão: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSAS, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. Coleção os pensadores. Rio de Janeiro: Abril, 1978.

Sá, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e Barbárie: A construção da ideia de nação Brasil e Argentina**. Rio de Janeiro: Gramond, 2012.

_____. **Os conceitos de sertão/litoral: experiências temporais, representações espaciais e construção da nação no Brasil no século XIX (1830-1860)**. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

_____. **Crítica e crise**: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.